



ELD



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVI — N.º 187

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — ABRIL 1990 — 60\$00

Em audiências concedidas à ADFA, Ministro e Secretário de Estado da Defesa Nacional manifestam empenhamento pessoal na solução das nossas propostas legislativas



**I CONFERÊNCIA DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU
— «Novos caminhos» de solidariedade e cooperação —**

- Chefe de Estado, Presidente da Comissão de Honra, na Sessão de Abertura
- Primeiro-Ministro na Sessão de Encerramento
- Ministro da Defesa Nacional na homenagem aos combatentes mortos



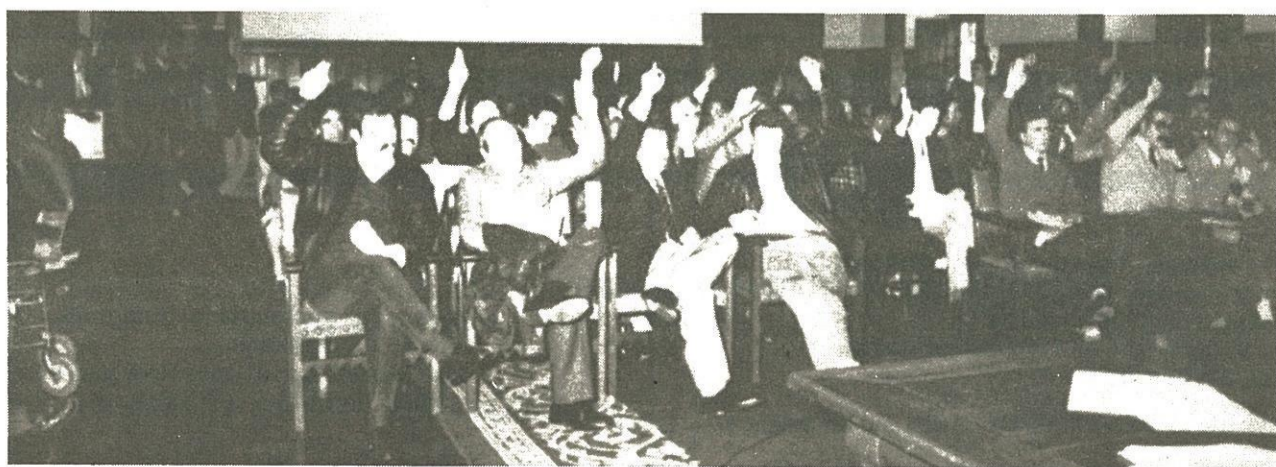
A nova Secretária Nacional de Reabilitação em visita à ADFA reconhece que a política de reabilitação passa, necessariamente, pelas associações de e para deficientes



**16.º aniversário da ADFA — 14 de Maio de 1990
sendo seu ponto principal a I Conferência de Antigos Combatentes,
Lisboa realiza jantar no dia 14 e Bragança promove almoço no dia 20**



Em sessão participada, a Assembleia-Geral Nacional aprovou os «relatórios» do Conselho Nacional e da Direcção Central, bem como o «Parecer» do Conselho Fiscal Central





Neste «ELO» de Abril um destaque para um Decreto-Lei que vem revogar um outro documento já existente (D.L. 235-D/83) sobre aquisição de veículos motorizados por parte de deficientes.

Mas antes de qualquer comentário, a transcrição do novo Decreto-Lei n.º 103-A/90, de 22 de Março, do Ministério das Finanças, na parte que mais interessa aos nossos sócios e/ou aos seus familiares.

A reformulação do regime de benefícios fiscais, previsto no Decreto-Lei n.º 235-D/83, de 1 de Junho, relativo à aquisição de cadeiras de rodas, triciclos e veículos automóveis por parte de deficientes motores surge como resultado directo da experiência adquirida nos últimos seis anos.

É agora possível avaliar das virtualidades do regime e apurar do balanço da sua eficácia, no conjunto mais vasto de um projecto realista e economicamente justificado de solidariedade social, em que o deficiente seja cada vez menos dependente de terceiros.

Atentos tais pressupostos, alarga-se o âmbito do presente diploma aos deficientes cuja incapacidade se situa ao nível dos membros superiores, cria-se para efeitos fiscais a figura do multideficiente profundo e, em certas condições, permite-se a condução dos veículos pelos cônjuges e mesmo por terceiros.

Por outro lado, limita-se a cilindrada dos veículos objecto da isenção a níveis médios, utilitários, de modo a privilegiar apenas os deficientes que efectivamente carecem de transporte próprio e têm dificuldade em o adquirir nas condições e preços de mercado.

Artigo 1.º — 1 — Os deficientes motores, civis ou das forças armadas, não abrangidos no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, maiores de 18 anos poderão beneficiar de isenção de emolumentos gerais e do imposto automóvel (IA) na importação de automóveis ligeiros, destinados ao seu uso próprio, nos termos do disposto nos artigos seguintes.

2 — Independentemente da idade, os deficientes referidos no número anterior poderão ainda beneficiar, nas mesmas condições, de isenção de emolumentos na importação de triciclos e cadeiras de rodas, com ou sem motor.

Art. 4.º — A cilindrada dos veículos automóveis objecto da isenção do IA não poderá ultrapassar os 1500 cm³, conforme se apresentem equipados com motores a gasolina ou a gasóleo, respectivamente.

Art. 5.º — 1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, pela expressão «uso próprio», constante do artigo 1.º, entende-se que o veículo é conduzido exclusivamente pelo próprio deficiente e em seu proveito.

2 — No caso de o cônjuge do beneficiário ser, ele próprio, deficiente motor habilitado com a declaração a que se refere o artigo 3.º, poderá, também ele, conduzir o veículo importado ao abrigo do presente diploma.

3 — Tratando-se de multideficiente profundo, não será exigível a titularidade de carta de condução, podendo o veículo ser conduzido por terceiros, desde que o multideficiente seja um dos passageiros ocupantes do veículo.

...»

Embora nos pareça, à primeira vista, bem explícito o âmbito deste diploma, quando, nomeadamente, refere no seu Art.º 1.º — 1, «Os deficientes motores... das Forças Armadas não abrangidos no artigo 1.º do Dec. Lei n.º 43/76...», muitas questões ficam no ar e algumas dúvidas se levantam, pelo que o respectivo serviço jurídico da ADFA já começou a elaborar um estudo aprofundado das implicações do documento, incluindo até no que respeita aos não DFAs.

Para melhor enquadramento, e esclarecimento, do espírito da Lei 103-A/90, transcrevem-se ainda alguns outros artigos:

«Art. 2.º — 1 — Para efeito da aplicação do presente diploma, considera-se deficiente motor todo aquele que, por motivo de lesão, deformidade ou enfermidade, congénita ou adquirida, seja portador de deficiência motora, ao nível dos membros inferiores ou superiores, de carácter permanente, de grau igual ou superior a 60%, avaliada pela Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 43 189, de 23 de Setembro de 1960, desde que tal deficiência lhe dificulte, comprovadamente:

- a) A locomoção na via pública sem auxílio de outrem ou recurso a meios de compensação, designadamente próteses, ortóteses, cadeiras de rodas, muletas e bengalas, no caso de deficiência motora ao nível dos membros inferiores;
- b) O acesso ou utilização dos transportes públicos, colectivos convencionais, no caso de deficiência motora ao nível dos membros superiores.

2 — Para efeitos do presente diploma, considera-se multideficiente profundo todo o deficiente motor que, para além de se encontrar nas condições referidas no artigo 1.º e no número antecedente, enferme, cumulativamente, de deficiência sensorial ou intelectual ou visual de carácter permanente de que resulte um grau de desvalorização superior a 90% e por tal facto esteja comprovadamente impedido de conduzir veículos automóveis.

...»

Aquisição de habitação própria

Entretanto, apraz-nos informar, até porque pode ter algum paralelismo na interpretação com a lei anterior, que levado em tempo à Secretaria de Estado da Defesa Nacional uma questão relacionada com «concessões especiais para aquisição de habitação própria pelos DFA's com grau de incapacidade inferior a 30%», já que, em certos casos, o Banco de Portugal não estava a entender, e cumprir, o determinado, aquele Gabinete levou o assunto ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República que sobre ele emitiu o seguinte parecer:

«Os cidadãos considerados automaticamente DFA, nas três alíneas do n.º 1 do art.º 18.º do Dec.-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, beneficiam, como tal, do regime definido nesse diploma, independentemente do grau de incapacidade geral de ganho que lhes tenha sido atribuído.»



Contactos oficiais

Não só dentro dos contactos habituais que a ADFA mantém com outras entidades, mas principalmente devido à proximidade da «I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau», muitas foram as

Conforme reportagem detalhada na página central, visitou a Sede da ADFA, em 28 de Março p.p., a nova Secretária Nacional de Reabilitação, dr.ª Guida Faria.



Liga Portuguesa de Deficientes Motores

Para apresentação do trabalho «Diagnóstico da situação da deficiência no Distrito de Lisboa», realizou a Liga Portuguesa de Deficientes Motores uma sessão, em 23 de Fevereiro p.p., a que estiveram presentes pela ADFA, os Presidentes da Direcção Central, José Arruda, o responsável pelo DASC, Major Maurício e a Assistente Social, Gracinda Benedito (ver «Noticiário vário»).



audiências concedidas à Direcção Central, nomeadamente com a Presidência da República (Casa Militar), Embaixadas de Angola e Moçambique, Região Militar de Lisboa, etc., etc... dando-se, em outros locais, notícias mais desenvolvidas de algumas.



Ministério dos Negócios Estrangeiros

No dia 2 de Abril p.p., o Presidente da Direcção Central acompanhado pelo dr. Sarmiento Coelho, membro da Comissão Executiva da I Conferência, deslocou-se ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a fim de formalizar o convite para o respectivo titular integrar a Comissão de Honra.

Recebidos pelo Chefe de Gabinete, dr. Sequeira Nunes, este solicitou a presença do dr. Viseu Pinheiro, elemento de ligação à Secretaria de Estado da Cooperação, já que a reunião serviu também para se tratar de algumas questões mais do âmbito deste departamento que serão analisadas na conferência.



Ministério da Defesa Nacional

Em audiências separadas, e de que se dá conta noutra secção, foi a Direcção Central recebida pelos Ministro e Secretário de Estado da Defesa Nacional.



Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

Estando o LNETI a estudar um projecto de concepção de uma nova cadeira de rodas eléctricas, foi a ADFA convidada a participar nesse programa, do que se dá notícia mais desenvolvida também em «Noticiário vário».



«Dia do Combatente»

Como é tradicional, organizou a Liga dos Combatentes uma romagem nacional ao túmulo do Soldado Deconhecido, no Mosteiro da Batalha, no dia 9 de Abril, «Dia do Combatente», a qual, presidida pelo ministro da Defesa Nacional, dr. Fernando Nogueira, estiveram presentes os Presidente e 2.º Secretário da Direcção Central da ADFA, José Arruda e Artur Vilares, assim como o associado João Domingos (Porta-Guião).



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8;

Composto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 8.500 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:
José Manuel Sande, Luísa Rodrigues e Armindo Roque.



→
«Reabilitação Internacional»



No âmbito das deliberações do III Congresso relativas ao reforço das relações internacionais da Associação, foi decidido participar na V Conferência Regional Europeia de Reabilitação Internacional, que terá lugar em Dublin, de 20 a 25 de Maio do corrente ano, fazendo-se representar a ADFA pelo vice-Presidente da DC, Armando Guedes da Fonte.



Federação Mundial de antigos Combatentes»

Realizando-se de 5 a 11 de Novembro deste ano, em Banguedeque, a 48.ª Reunião do Conselho Geral da FMAC, e dado o interesse da presença da ADFA em tal acontecimento, foi decidido proceder ao respectivo levantamento de custos e restante processo de inscrição para deliberação posterior.

ADFA na Comunicação Social

A assinatura do «Protocolo de Cooperação» entre os Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social e a ADFA, para a construção da nova Sede nacional, concitou desusado interesse da Comunicação Social, tendo muitos dos seus órgãos aproveitado para notícias mais alargadas sobre o trabalho da Associação.



No próprio dia da assinatura do «Protocolo», quer a RTP-1 (Jornal de Notícias) quer a RTP-2 (Jornal das Nove), inseriram alargada notícia do acto, como referiram outras questões e factos de interesse associativo.



Mais uma vez, o jornalista João Paulo Dinis, no seu «Programa da Manhã» dedicou cerca de meia-hora à ADFA, entrevistando os Presidentes e 2.º Secretário da DC, José Arruda e Artur Vilares, nomeadamente sobre a I Conferência de Antigos Combatentes e sobre a nova Sede.



Integrada numa série de entrevistas sobre deficientes e sociedade, nova entrevista ao Presidente da D.C., na Rádio Renascença.



Rádio Baía

Também esta rádio local, do Seixal, e da responsabilidade do jornalista Joaquim Louro, se prepara para inserir num dos seus espaços, alguns programas sobre a problemática dos deficientes, e em especial da ADFA.



Imprensa

Tendo a grande generalidade dos órgãos da Comunicação Social escrita dedicado alguma atenção especial à ADFA neste período, permitimo-nos destacar;



No dia 11/3/90 este diário do Porto inseriu larga notícia sobre a I Conferência de Antigos Combatentes, com entrevista ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral Nacional, dr. Reis Santos.

PUBLICO

Em 24 de Março p.p., este novo matutino, aproveitando a notícia sobre a assinatura do «Protocolo de Cooperação», e em conversa com o Presidente da Direcção Central, abordou, de forma alargada, entre outros assuntos a questão do «stress de guerra».



Em 4 já deste mês de Abril, este jornal desportivo, referindo os grandes «desafios» inscritos no calendário da ADFA, como a I Conferência, a nova Sede, a reabilitação e a reintegração, aborda de forma mais desenvolvida as questões que se prendem com o desporto para deficientes, em conversa com o Presidente da DC, José Arruda, e o coordenador desportivo da Sede, José Pavoeiro.

ADFA

Acordos ADM's

Por proposta do DAJAS (Departamento de Apoio Jurídico e Administrativo aos Sócios) foi decidido autorizar a extensão dos acordos celebrados entre a ADFA e as várias ADM, às Delegações que têm em funcionamento serviços clínicos, e conforme regras internas a estabelecer.

Informações aos sócios

Apoio na área do Direito Civil

Conforme a notícia inserida no último ELO (também «Agenda»), foi alargado o âmbito do apoio jurídico aos sócios, agora ao Direito Civil, tendo sido aprovado o pagamento das seguintes taxas e custos por parte dos associados que recorram a este serviço:

- 01 — Consulta ao advogado sobre Direito Civil, 800\$00;
- 02 — Comparticipação nas despesas de acompanhamento de processos civis:
 - a) Processos simples, 10 600\$00;
 - b) Processos mais complexos (por informação do advogado), 20 000\$00;
 - c) Processos especiais (a definir caso a caso);
- 03 — Pagamento de todas as despesas judiciais em processo cível (a determinar caso a caso) — no início do processo 50% e antes do julgamento 50%.



Processamento das pensões e retroactivos dos DFA

O Departamento de Apoio Jurídico e Administrativo aos Sócios — DAJAS —, informou o ELO de que, segundo os últimos contactos com a Caixa Geral de Aposentações, prevê-se para Maio o processamento das pensões dos DFA's.

Pelo mesmo serviço da Sede foi, oportunamente, enviado aos Administrador-Geral da CGD um pedido de informação sobre a forma de cálculo das mesmas pensões, a qual já se encontra à disposição dos associados nas várias Delegações.

Pensão por serviços relevantes e DFA's

A fim de serem prestados esclarecimentos sobre a situação de acumulação das pensões acima consideradas, o Departamento de Apoio Jurídico e Administrativo aos Sócios — DAJAS —, organiza uma reunião com os interessados, no próximo dia 7 de Maio, pelas 17 horas, na Sede.

Formação profissional

Tendo-se iniciado no passado dia 1 de Fevereiro o CURSO DE CERÂMICA, está o seu grupo de formandos e monitores a realizar um programa paralelo de visitas de estudo, como seu complemento cultural, que se desdobra por várias zonas limítrofes de Lisboa e com tradições nesta arte, como sejam Setúbal, Sin-

tra, Caldas da Rainha e Maфра.

Para terminar essa acção, estão previstas deslocações a vários museus da capital, não sendo de esquecer, com certeza, o de Rafael Bordalo Pinheiro.

ELO deseja, e espera, que alguém se lembre de tirar boas fotografias, para melhor documentar próximas notícias sobre o assunto.

ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS FOTOGRÁFICOS NA ADFA

REVELAÇÕES, AMPLICÓPIAS E AMPLIAÇÕES

MAIS BARATO E COM RAPIDEZ

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

☎ 346 21 67/8

LARGO DE S. DOMINGOS 1194 LISBOA CODEX

EDITORIAL

De há vinte anos para cá é significativa, no nosso país, a mudança na inter-relação entre a sociedade e as pessoas portadoras de deficiências, não sendo a tal facto estranha a renovação socio-política e cultural introduzida em Portugal a partir de 25 de Abril de 1974, alicerçada na divulgação e difusão de novos ideários que promoveram o rejuvenescimento de mentalidades indiciadoras, no que aos deficientes respeita, duma lenta mas já palpável transformação nas atitudes e comportamentos por parte do ambiente humano que os cerca.

O direito de livre associação até àquela data negado, e imediatamente assumido e consagrado, veio permitir o aparecimento de «organizações não governamentais» (ONG) de cariz reivindicativo-social, à volta das quais os cidadãos se aglutinaram no sentido da garantia e ampliação dos seus mais elementares direitos como pessoas humanas. Neste movimento, não constituíram excepção os deficientes militares que logo a 14 de Maio seguinte criaram a ADFA, começando depois, paulatinamente, a surgirem outras organizações de deficientes, ou para os seus problemas voltadas, pretendendo-se que rapidamente se saísse de uma situação que na realidade se esgotava na prática de uma caridade quantas vezes de carácter duvidoso, para o reconhecimento do direito à diferença das pessoas deficientes, a integrar socialmente com critérios de justiça, no gozo do seu pleno direito a participar, ao trabalho, à habitação, à cultura e a todas as actividades sociais, numa palavra, à dignidade.

Não tem sido fácil a tarefa levada a cabo pelos deficientes, de «persi» ou em torno das suas associações! O reconhecimento legislativo da sua especificidade, consagrada na Lei Base de Reabilitação, ainda se encontra longe de constituir uma realidade objectiva, por falta da competente regulamentação, e as mentalidades, ainda que já em fase evolutiva, não podem quedar-se pela letargia ou pela sonolência.

Dezasseis anos volvidos sobre a data que nos permitiu a capacidade associativa, temos que nos assumir como protagonistas da mudança, dinâmicos, embora ponderados, nos processos que nos respeitam e como alertadores activos da consciência colectiva, para que se cumpra, em pleno, o Artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa, o qual consagra a existência no nosso País de uma sociedade para todos e que atribui a mesma igualdade de oportunidades, direitos e deveres.

- A DIRECÇÃO CENTRAL

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas recentemente remodeladas e modernizadas secções de:

- ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
- IMPRESSÃO ● MONTAGEM
- OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

- LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
- FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: **Tipografia-Escola ADFA**

(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide

R. Artilharia Um, n.º 107

1200 LISBOA

☎ 65 35 93

DIA DA TERRA COMEMORADO POR 135 PAÍSES

Por Armindo Roque

No dia 22 de Abril comemorou-se em 135 países o Dia da Terra. Milhares de iniciativas por todo o Mundo assinalaram este dia. Nos EUA dezenas de milhões de pessoas manifestaram-se. Só em frente ao Capitólio concentraram-se centenas de milhares. Em Portugal, um país onde os problemas não atingiram as dimensões dos países mais industrializados, este dia passou quase despercebido. Em virtude da fraqueza do movimento ecológico, disperso e sem autonomia, apenas se realizou uma pequena concentração com algumas centenas de pessoas no campo de tiro de Alcochete.

Este movimento tem evoluído muito rapidamente desde 1970, por iniciativa do norte-americano Denys Wayes, um ecologista que em Abril de 1970 organizou nos EUA uma manifestação com mais de vinte milhões de pessoas. Vinte anos depois esta manifestação é da máxima importância para alertar o mundo da catástrofe que poderá ocorrer dentro de quarenta anos.

Grandes ameaças pesam sobre o planeta: poluição do ar, da água e do próprio solo, poluição sonora, destruição das flo-

restas tropicais e das zonas húmidas, explosão demográfica, mudança de clima, lixo tóxico, poluição industrial e perda acelerada da diversidade biológica, o efeito de estufa, as chuvas ácidas e a destruição da camada de ozono.

Lester Brown, presidente da Worldwatch Institute, afirma que o decénio que iniciamos tem de ser de profundas alterações no que respeita à protecção ambiental sem o que os nossos filhos no ano 2030 não terão pura e simplesmente condições de existência. Perante esta perspectiva quase apocalíptica os governantes do Mundo inteiro vão dizendo que os dados científicos «não são ainda suficientes para se tomarem posições drásticas». Assim, na Conferência Internacional Sobre o Ambiente terminada no passado dia 18, em Washington, organizada pela Administração americana, e onde participaram a CEE e mais dezasseis países, incluindo a URSS, ficou tudo «em águas de bacalhau» sem que tivessem sido tomadas nenhuma medidas concretas de combate à poluição e de limitação de emissão de gases para a atmosfera. O presidente

Bush, criticado por alguns países europeus, laconicamente afirmou que é necessário investigar mais «antes de agir».

Na «State of World 1990», onde estão contidas as conclusões de eminentes cientistas mundiais das mais diversas áreas de investigação, estes concluíram que em 1989 a emissão de carbono proveniente da combustão fóssil foi de 5,8 milhões de toneladas. A população terrestre cresceu em 90 milhões de unidades, e aponta para uma política de redução dos nascimentos. Perante um crescimento exponencial da população, entre 1984 e 1989 a produção cerealiífera cresceu apenas um por cento. A produção industrial terá de estabilizar e mesmo diminuir, as energias renováveis terão de ser intensamente utilizadas mesmo que isso acarrete maiores custos na sua produção, os automóveis têm de ser substituídos pelas bicicletas. Tem um certo interesse saber que em Portugal, em 1989 houve 60 000 acidentes de viação, de que resultaram 2000 mortos. Seria importante que houvesse estatísticas que nos informassem quantos ficaram deficientes.

O consumismo selva-

gem, que identifica o aumento de consumo com qualidade de vida, é uma mentalidade criada artificialmente com gigantescas campanhas de publicidade, e Lester Brown conclui que o consumismo não é compatível com o equilíbrio ecológico.

O desequilíbrio ecológico fará aparecer novas doenças, o aumento das deficiências é inevitável uma vez que em terras cada vez mais saturadas, os alimentos crescem à base de adubos e os animais com rações artificiais e hormonas. Como consequência disto tudo, antes da extinção total passaremos como aliás já esta-

mos a passar, por um aumento cada vez maior de deficiências permanentes, só que bem mais dolorosas e psicologicamente perigosas, porque geralmente acompanham uma degradação rápida para uma morte quase inevitável.

A Europa, a do Leste e a do Oeste, formam o continente mais poluído do Mundo. Segundo um artigo saído na «Time» de 9 de Abril de 1990, a maior parte das cidades europeias estão sujeitas a poluição acima do normal, sobretudo Londres, Dublin, Milão e outras. A desflorestação é contínua e os rios estão pratica-

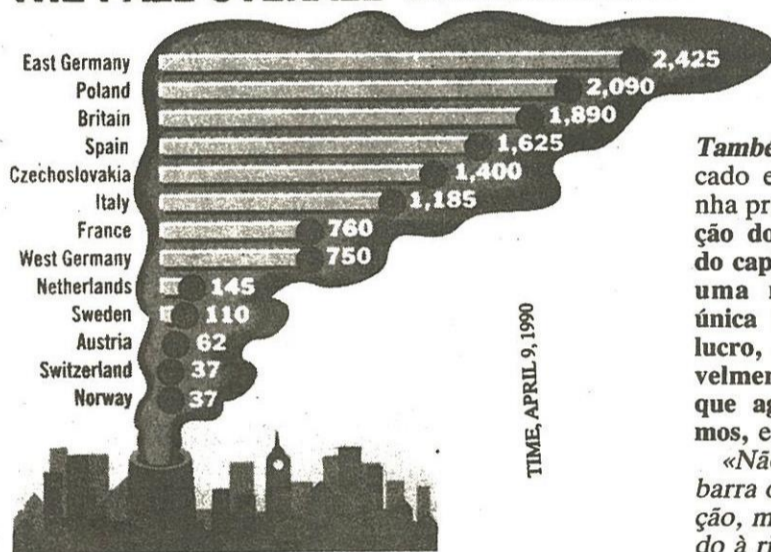
mente todos poluídos.

E a terminar diz a «Time»: «Começada a Revolução Industrial há dois séculos, construiu-se com ela o seu poderio, resta-nos perguntar quais serão as consequências intoleráveis dessa revolução.»

Em conclusão, para se pôr um travão a este estado de coisas, torna-se necessária uma profunda modificação nos métodos de produção e comercialização, o que por si implicará uma não menos profunda mudança na organização social e política.

Esse extraordinário economista, Schumaker, no seu livro «As Pessoas

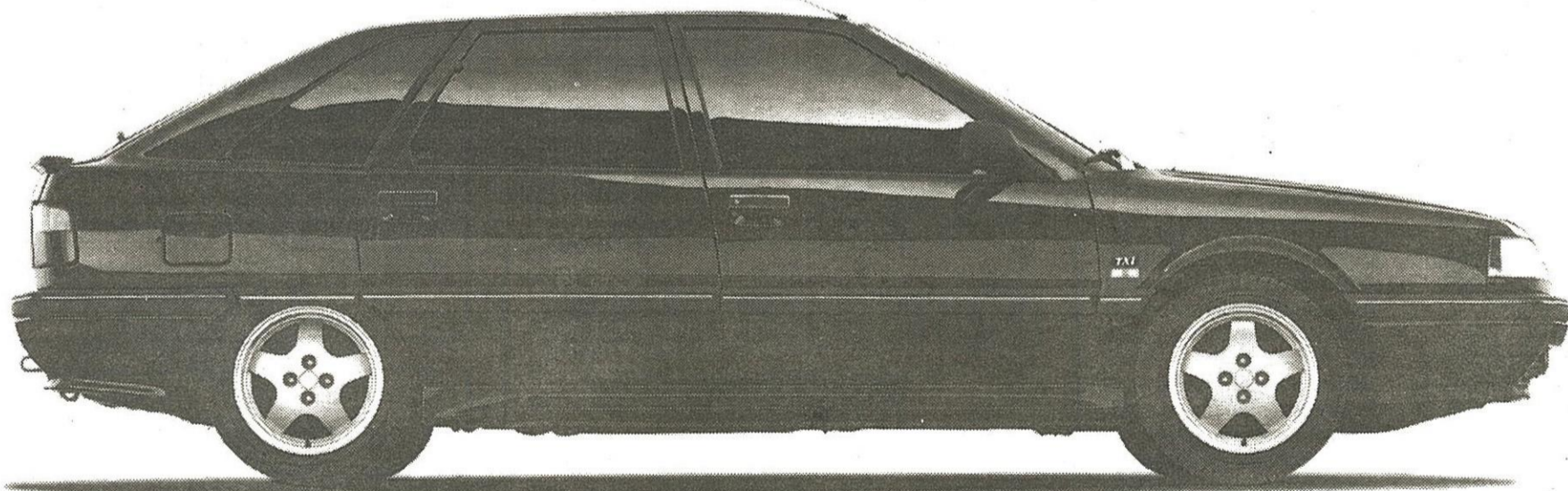
THE PALL OVERALL Sulfur emissions in thousands of tons



Também Contam», publicado em 1973, já nos tinha provado que a utilização do capital humano e do capital natureza, como uma mercadoria, cuja única finalidade era dar lucro, conduziria inevitavelmente à situação em que agora nos encontramos, e dizia:

«Não é a riqueza que barra o caminho à libertação, mas o apego obstinado à riqueza.»

O OUTRO RENAULT 21



U

m Renault 21 diferente por fora, com as suas linhas dinâmicas, actuais, envolventes; linhas que não deixam ninguém indiferente.

Um Renault 21 diferente por dentro, com a sua habitabilidade interior única, os seus bancos traseiros rebatíveis assimetricamente, o requinte dos seus novos revestimentos e a notável integração do seu painel de bordo inteiramente redesenhado.

Garantia anticorrosão de 6 anos.
Modelo apresentado — Renault 21 Bicolor TXI (a comercializar durante 1990)

Um Renault 21 diferente ao volante, com o estilo inconfundível da sua condução, possibilitado pela raça das suas novas motorizações e pelo maior apuro tecnológico das existentes.

Para quem já viu e conduziu, é assim o novo Renault 21 Bicolor. E para si?

Não há como ver e experimentar. Venha ao seu Concessionário Renault confirmar que existe outro Renault 21 — O novo Renault 21 Bicolor.

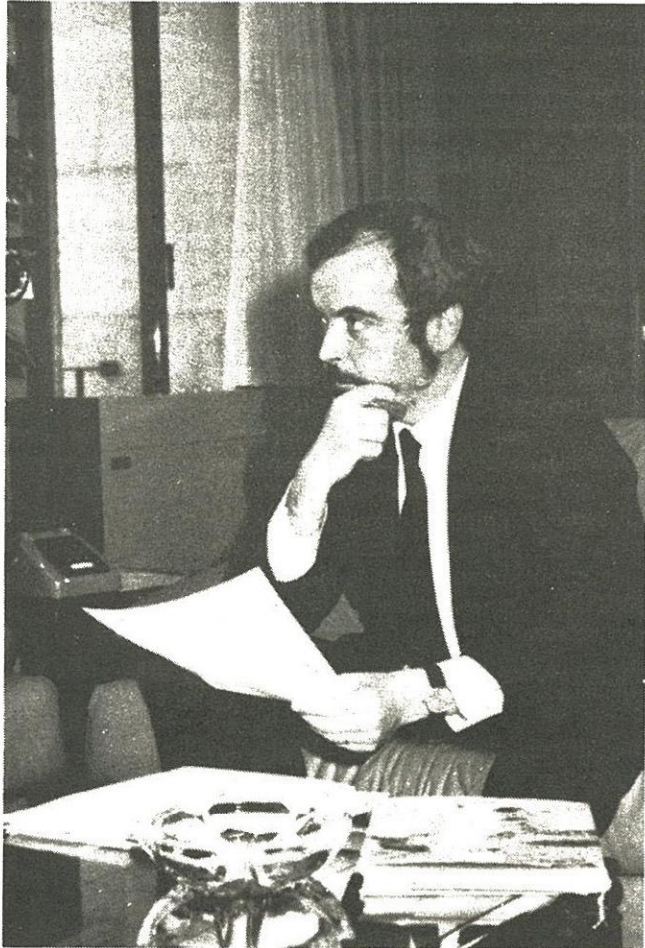
RENAULT

Renault 21 - A escolha adulta

Renault Portuguesa, S. A.
(Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 Lisboa
Telef. 850 00 58

ADFA recebida pelo Ministro e Secretário de Estado da Defesa Nacional

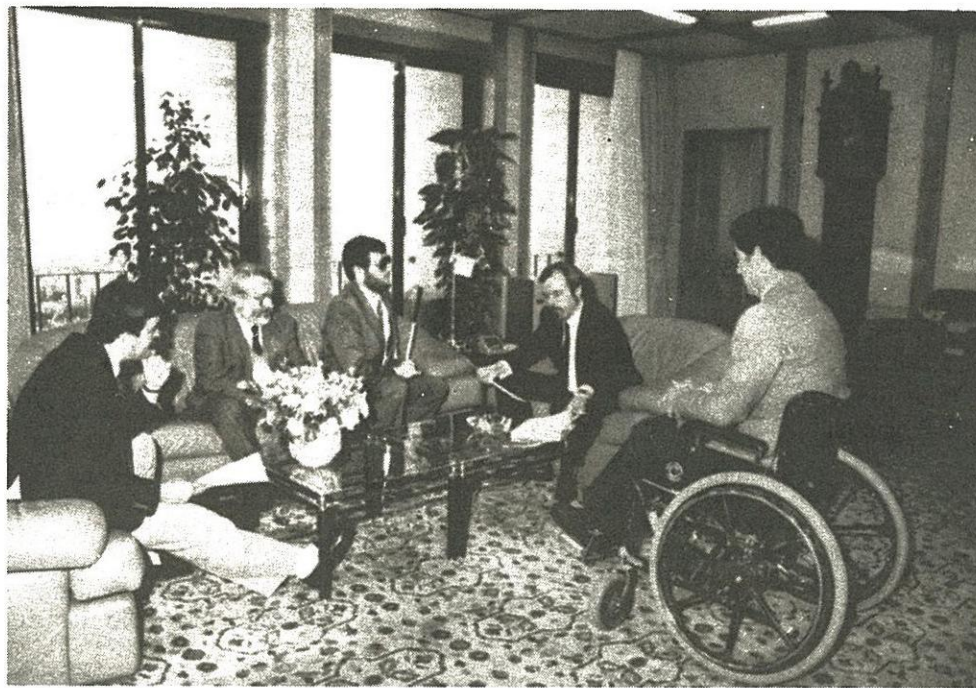
Ministro da Defesa Nacional preside à homenagem aos combatentes mortos



No passado dia 19 de Abril, o novo Ministro da Defesa Nacional recebeu, pela primeira vez, a Direcção Central da ADFA, representada pelos seus Presidente, Vice-Presidente, 1.º e 2.º Secretários, José Arruda, Guedes da Fonte, Patuleia Mendes e Artur Vilares, em audiência pedida com o objectivo principal de convidar o dr. Fernando Nogueira, já membro da Comissão de Honra da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, para presidir à cerimónia, integrada nos vários actos oficiais da mesma, de homenagem aos que morreram em combate.

Ao aceitar, sensibilizado, o convite, do dr. Fernando Nogueira realçou a importância não só dessa mesma cerimónia, como de toda a reunião, refe-

rindo a necessidade de se incentivar, o mais breve possível, uma colaboração tripartida entre o seu Ministério, o da Saúde e a ADFA, no sentido de se



Legislação em análise na audiência com o Secretário de Estado

Entretanto, a Direcção Central havia sido recebida, mais uma vez, em 29 de Março, pelo Secretário de Estado Adjunto, a fim de tratar de várias questões pendentes, principalmente as da área legislativa.

Pelo Presidente da Direcção Central foram entregues ao dr. Eugénio Ramos vários documentos, propostas e pareceres, nomeadamente sobre a Lei dos Grandes Deficientes, o Estatuto do Deficiente Militar, o Estatu-

to de Aposentação, a alteração dos prazos das Juntas Médicas por agravamento, sendo trocadas várias impressões sobre todos eles e sendo referida ainda, e mais uma vez, a reunião de Bad-Ischl (FMAC), à qual aquele membro do Governo esteve presente e onde as quatro propostas levadas por Portugal foram aprovadas (e recordemos, por exemplo, a de pensão = indemnização...).

Embora de âmbito um pouco diferente, a delega-

algarem as perspectivas de útil cooperação com todos os PALOP's.

Aproveitando a ocasião, não quis a Direcção Central deixar de reafirmar ao Ministro da Defesa Nacional a garantia de total empenhamento da Associação na construção, o mais urgentemente possível, da nova Sede, responsabilidade acrescida depois da recente assinatura do «Protocolo de Cooperação».

Passando-se a troca de impressões sobre outros assuntos, principalmente da área legislativa, e tendo a DC reforçado a principal importância que tem para os direitos dos deficientes militares, entre outras, a questão dos «grandes deficientes em serviço», o dr. Fernando Nogueira manifestou o seu empenho pessoal numa solução justa para o assunto, recordando que, pelo seu âmbito, também tem de ser examinado em outros departamentos governamentais. Aproveitou, no entanto, para informar que se prevê para breve a saída do diploma

que alarga o prazo de novas Juntas.

Finalmente foi abordado o problema do Lar Militar, tendo sido pedida pela ADFA a urgente nomeação do representante do MDN na respectiva Comissão Técnica, a fim de se poder começar a trabalhar o mais depressa possível na redefinição e redimensionamento dos serviços e estruturas de



tão importante unidade de apoio, face ao agravamento, já não só previsível mas infelizmente até bem comprovado, das deficiências e das doenças dos associados, tornando-se fundamental o pleno funcionamento e aproveitamento do Lar.

ção da ADFA aproveitou para apresentar um pequeno apontamento sobre a incidência do IRS nas pensões (que, conforme se pode ver em ELO/MAR, enferma de razoáveis erros), assim como informou o Secretário de Estado do Despacho negativo da Direcção-Geral de Finanças sobre o pedido de insenção de IVA na construção na nova Sede (e que vai recair sobre um subsídio do próprio Estado...).

Finalmente, foi dado

conhecimento ao dr. Santos Ramos da participação da Associação na Conferência Regional da «Reabilitação Internacional» que se realiza em Dublin, por coincidência na mesma data da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Sobre esta, aliás, dadas mais informações sobre a sua organização, foi o Secretário de Estado convidado para presidir à «Mesa» sobre legislação, o que aceitou com o melhor agrado.

APOIO A IMPORTAÇÃO DE VIATURAS

Os sócios da Delegação do Porto da ADFA, ou os seus familiares, interessados na importação directa de viaturas de qualquer marca, deverão contactar a mesma, a fim de obterem as necessárias indicações e outros apoios que os seus serviços estão aptos a proporcionar.

A Sede da Delegação é na Rua Pedro Hispano, 1105 e o telefone o n.º (02) 82 04 03.

Venda de viaturas para deficientes

Documentação necessária

Deficientes civis (ao abrigo do Dec.-Lei 235/D de 1 Jun. 83)

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pelo Centro de Saúde da Área da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de contribuinte autenticadas pelo notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo notário.

4 — Comprovação da liquidação do imposto complementar dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças como esteve isento.

Deficientes das Forças Armadas (ao abrigo do Dec.-Lei 43/76 de 20 Jan. 76)

1 — Declaração de incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de contribuinte autenticadas pelo notário.

Serviço da gama «Renault»

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: Primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

EM VIGOR A PARTIR DE 09.04.90

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 4 TL Savane	757 930\$00	1 026 828\$00
Renault 4 Clan	722 829\$00	1 049 127\$00
Renault 4 GTL	846 931\$00	1 194 326\$00
Renault 5 Campus 3 p	917 881\$00	1 213 970\$00
Renault 5 Campus 5 p	969 084\$00	1 273 878\$00
Renault 5 Jeans 3 p	860 007\$00	1 209 625\$00
Renault 5 Jeans 5 p	908 507\$00	1 266 370\$00
Renault 5 TL Saga 3 p	988 512\$00	1 359 976\$00
Renault 5 TL Saga 5 p	1 038 322\$00	1 418 253\$00
Renault 5 GTR 3 p	1 058 585\$00	1 505 352\$00
Renault 5 GTR 5 p	1 107 493\$00	1 562 574\$00
Renault 5 GTX	1 295 152\$00	1 914 936\$00
Renault 19 TR 3 p	1 185 507\$00	1 659 700\$00
Renault 19 TR 5 p	1 280 001\$00	1 770 258\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 286 596\$00	1 904 756\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 384 334\$00	2 019 109\$00
Renault 19 TSE	1 564 219\$00	2 229 575\$00
Renault 19 Chamade TR	1 292 673\$00	1 785 085\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 412 022\$00	2 011 209\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 595 504\$00	2 220 648\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 697 163\$00	2 395 099\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 697 163\$00	2 395 099\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 220 981\$00	1 631 964\$00
Renault Express GTC	1 316 009\$00	1 743 147\$00

VIATURAS A DIESEL

Renault 5 GTD	1 450 445\$00	2 439 445\$00
Renault 19 GTD	1 663 214\$00	4 241 852\$00
Renault 19 Chamade GTD	1 696 479\$00	4 232 360\$00
Renault 21 GSD Tricorpo	1 915 913\$00	4 541 470\$00
Renault 21 T.DX Tricorpo	2 296 407\$00	6 824 484\$00
Renault 21 GSD Bicorpo	1 915 913\$00	4 541 470\$00

PREÇOS PREVISTOS DAS VIATURAS DE CAIXA AUTOMÁTICA

Renault 19 GTS 3 p	1 389 404\$00	2 225 041\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 484 758\$00	2 336 605\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 660 255\$00	2 341 937\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 511 770\$00	2 168 209\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 690 777\$00	2 377 648\$00

Transferência+Transportes=
R 5 — 12.500\$00; R 19 — 17.500\$00; R 21 — 20.885\$00; R 19 CHAMADE — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES:
Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tel.: 3462167/8/9 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tele: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, nos termos do Art.º 27.º dos Estatutos, convoca a Assembleia Geral da ADFA para reunir ordinariamente no dia 31 de Março de 1990, pelas 13 horas e 30 minutos, na sua Sede Nacional, sita no Palácio da Independência, no Largo de S. Domingos, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — *Apreciar e votar o «Relatório de Actividades do Conselho Nacional», referente ao exercício de 1989.*
- 2 — *Apreciar e votar o «Relatório de Actividades e Contas» da Direcção Central, bem como o respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal Central, relativos ao exercício de 1989.*
- 3 — *Actualização de quotas para 1991.*
- 4 — *Informações várias da Direcção Central, nomeadamente quanto à construção da nova Sede Social e aspectos legislativos respeitantes a deficientes militares.*

Nos termos do n.º 2 do Art.º 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a Assembleia Geral reunirá 30 minutos depois, com qualquer número de sócios.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1990

O PRESIDENTE DA M. A. G. N.
a) António Reis dos Santos

assumido o encargo financeiro com a construção da nova Sede, o Estado reconhece o papel que a ADFA vem demonstrando

Como Organização Não Governamental — ONG —, a ADFA, para além do papel meramente reivindicativo, desenvolve todo um trabalho, nas várias áreas do Processo de Reabilitação, tanto na prestação de serviços directos aos sócios nas vertentes social, administrativa e de formação profissional, como projectos de âmbito nacional e internacional que visam a alteração de mentalidades e a troca de experiências e estabelecimento de formas de cooperação entre organizações congéneres com o objectivo de criar as condições facilitadoras da plena integração das pessoas com deficiência.

Tendo presente esta realidade, os Deficientes das Forças Armadas devem contribuir para assumirem os encargos financeiros com a manutenção de uma ADFA forte e independente, que não esteja só dependente dos subsídios estatais, pois os

do como representante e defensora dos direitos dos Deficientes das Forças Armadas, ao mesmo tempo que deposita expectativas na prossecução dos objectivos iminentemente sociais, que visem a plena integração dos Deficientes Militares e das pessoas deficientes em geral.

Igualmente se constata, que os direitos dos DFA's se têm mantido intocáveis e se abrem, para breve, perspectivas animadoras para os grandes deficientes em serviço, e aprovação de outros projectos legislativos. Todo este trabalho assenta num diálogo permanente entre a ADFA e os representantes dos vários órgãos de soberania reivindicando sempre novas e melhores compensações morais e materiais para os DFA's.

mesmos poderão faltar numa altura em que mais precisamos da sua existência.

A ADFA para manter a estrutura administrativa que hoje possui, assumiu pesados encargos com pessoal, jornal «ELO» e outras actividades, através das quais se pretende proporcionar a melhor assistência aos associados. Para manter esta estrutura a ADFA conta com um subsídio do Ministério da Defesa que, apesar de significativo, se tem revelado cada vez mais insuficiente para fazer face aos encargos assumidos.

Mas porque a ADFA é a garantia de manutenção e actualização da pensão/indemnização que hoje recebemos, nenhum Deficiente das Forças Armadas terá razões para regatear o pagamento de uma quota mensal de 300\$00, cujo valor não representa qualquer relação com os benefícios presentes e futuros, que deste contributo podemos retirar, salvaguardando sempre o disposto no n.º 2 do Art.º 10.º dos nossos Estatutos, relativo à isenção de quotas para os sócios que comprovem dificuldades financeiras insuperáveis. Nesta circunstância propomos a esta Assembleia que aprove um aumento da quota mensal de 200\$00 (duzentos escudos) para 300\$00 (trezentos escudos), com efeito a partir de Janeiro de 1991.

A Direcção Central»

É difícil, não só no espaço disponível como também no tipo de informação isenta que se pretende no «ELO», dar uma ideia bem completa e correcta do que foram todas as intervenções feitas e todos os argumentos apresentados.

Referiremos apenas que, em termos gerais, as posições se extremaram, por um lado, na não aceitação do aumento proposto, não tanto pelo quantitativo em causa mas pelo princípio de que caberá

ao Estado e não ao deficiente militar/ADFA, garantir a defesa dos direitos deste e a manutenção daquela, e, por outro lado, na absoluta necessidade de, para além de continuar a reivindicar aquela obrigação por parte da Nação, se conseguir uma autonomia e uma independência cada vez maiores, de forma a não se estar em permanente sujeição a mudanças de política ou alteração de subsídios, criando-se uma capacidade estrutural própria, para além de, talvez factor humano mais importante, fazer sentir a cada um que faz parte de um todo solidário e participativo.

Colocadas à votação, em alternativa, duas propostas, a da Direcção Central (300\$00/mês) e a do sócio José Santos Norte, de Faro (225\$00/mês, acompanhando a inflação), venceu a segunda por 62 votos contra 52. Entretanto, uma outra proposta, apresentada por Vila Nova de Famalicão, que referia quantitativos diferentes conforme o tipo de deficiência (serviço ou campanha), foi retirada por se ter verificado um quase total repúdio a esta forma «tácita» de aceitação de uma discriminação que a ADFA sempre tem recusado.

Finalmente, passou-se ao Ponto 4, tendo sido prestadas, quer pela Direcção Central quer por elementos de várias das Comissões existentes, nomeadamente a do Estatuto do Deficiente Militar, algumas informações sobre o andamento dos processos, e de que aqui não se dá mais pormenor, porque são assunto de permanente trato neste jornal.

Cerca das 19 horas, e não sem que, por proposta do sócio Meireles, que a Mesa tomou logo como sua, se tivesse guardado um minuto de silêncio pelos associados já falecidos, o Presidente da MAGN deu por encerrados os trabalhos.

feito, muitas inscrições se verificaram, embora a maior parte das questões levantadas mais não fossem do que observações sobre o que pareciam ser erros de contas, mas que eram, afinal, uma defeituosa montagem de fotocópias, já que os documentos enviados para as Delegações eram um resumo geral das várias Contas regionais.

Um facto ficou, no entanto, bem assinalado, e que terá de ser rapidamente corrigido: é que a dimensão nacional da ADFA obriga à apresentação oficial de uma contabilidade que não se compadece, nem pode estar sujeita ao quase mero «caderno de contas» utilizado nas Delegações mais pequenas.

Talvez devido ao aspecto técnico que todo o documento de Contas apresenta, a votação, com 55 votos a favor, 61 abstenções e nada contra, reflecte, apesar de tudo, a consciência que os sócios têm desse tipo de julgamento.

No entanto, já o Parecer do Conselho Fiscal, porque elaborado por especialistas, com apreciações e análises várias, quer sobre plano interno

quer sobre o externo do trabalho desenvolvido pela Direcção Central, terminando por propor a sua aprovação, foi aceite por 111 votos, com apenas 3 abstenções.

E entrou-se no aspecto sempre mais polémico de cada Assembleia Geral: o aumento de quotas. Dado o interesse do assunto e dada, também, a discussão que se gerou, «ELO» considera de utilidade transcrever a proposta apresentada então pela Direcção Central:

«Proposta para aumento de quotas para o ano de 1990

Com a assinatura por parte do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério do Emprego e Segurança Social, de um acordo através do qual é

Conforme Convocatória que se transcreve, reuniu no passado dia 31 de Março a Assembleia Geral Nacional Ordinária da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, 1990.

Estando presentes todos os elementos quer da Mesa da Assembleia Geral Nacional quer da Direcção Central, bem como o Conselho Fiscal Central, a sessão iniciou-se com a leitura, pelo Presidente da MAGN, Reis Santos, da acta da última reunião, a qual foi seguidamente aprovada.

Entrando propriamente na Ordem de Trabalhos, foi lido o Relatório de Actividades do Conselho Nacional (ver «ELO» de Março), passando-se imediatamente à sua votação, já que não se verificaram inscrições para perguntas. Feita a contagem, o Relatório foi aprovado por 105 votos a favor, uma abstenção e nenhum voto contra.

Sobre o Ponto 2, foi decidido analisar primeiro o Relatório de Actividades da Direcção Central, após o que se passaria para a questão das Contas.

Dada a palavra, pelo Presidente da Mesa, ao



Presidente da Direcção Central, José Arruda prestou esclarecimentos mais relevantes sobre alguns assuntos, tendo sido o período de perguntas e respostas, com numerosas inscrições, bastante animado, sendo, nomeadamente, referida a nova Sede, o Centro de Reabilitação do Porto e a I Conferência de Antigos Combatentes.

Colocado o Relatório à votação, verificaram-se 66 votos a favor, 39 abstenções e 1 voto contra.

Prestadas, seguidamente, e pelo Tesoureiro da DC, algumas informações sobre as Contas, foi, por proposta de um sócio, lido também o Parecer do Conselho Fiscal, já que desse documento alguma conclusão se poderia tirar imediatamente. Assim



Nova Secretária

ao Estado e não ao deficiente militar/ADFA, garantir a defesa dos direitos deste e a manutenção daquela, e, por outro lado, na absoluta necessidade de, para além de continuar a reivindicar aquela obrigação por parte da Nação, se conseguir uma autonomia e uma independência cada vez maiores, de forma a não se estar em permanente sujeição a mudanças de política ou alteração de subsídios, criando-se uma capacidade estrutural própria, para além de, talvez factor humano mais importante, fazer sentir a cada um que faz parte de um todo solidário e participativo.

Colocadas à votação, em alternativa, duas propostas, a da Direcção Central (300\$00/mês) e a do sócio José Santos Norte, de Faro (225\$00/mês, acompanhando a inflação), venceu a segunda por 62 votos contra 52. Entretanto, uma outra proposta, apresentada por Vila Nova de Famalicão, que referia quantitativos diferentes conforme o tipo de deficiência (serviço ou campanha), foi retirada por se ter verificado um quase total repúdio a esta forma «tácita» de aceitação de uma discriminação que a ADFA sempre tem recusado.

Finalmente, passou-se ao Ponto 4, tendo sido prestadas, quer pela Direcção Central quer por elementos de várias das Comissões existentes, nomeadamente a do Estatuto do Deficiente Militar, algumas informações sobre o andamento dos processos, e de que aqui não se dá mais pormenor, porque são assunto de permanente trato neste jornal.

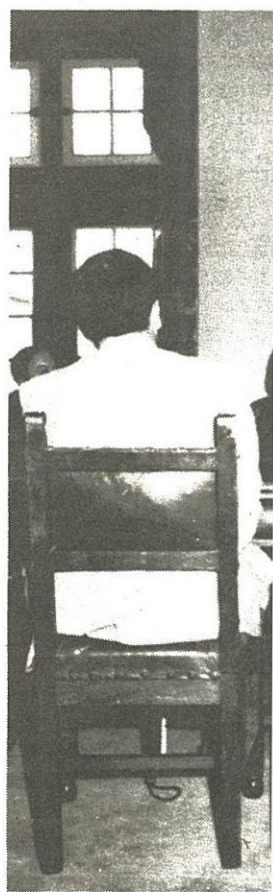
Cerca das 19 horas, e não sem que, por proposta do sócio Meireles, que a Mesa tomou logo como sua, se tivesse guardado um minuto de silêncio pelos associados já falecidos, o Presidente da MAGN deu por encerrados os trabalhos.



No passado dia 28 de Março visitou a ADFA, acompanhada por alguns dos seus mais directos colaboradores, a Secretária Nacional de Reabilitação, a qual, conforme noticiado neste mesmo espaço do anterior ELO, tomou posse em 23 de Fevereiro último.

Recebida no gabinete da Direcção Central, aí, após saudações e troca de cumprimentos, a dr.ª Guida Faria teve oportunidade de ficar a conhecer melhor a ADFA, numa reunião em que participaram, para além dos Presidente, Vice-Presidente e 1.º Secretário da DC, respectivamente José Arruda, Guedes da Fonte e Patuleia Mendes, o 1.º Secretário do Concelho Fiscal Central, Armando Alves, os responsáveis pelos diversos departamentos da Sede e o Director do Centro de Realibitação da ADFA/Porto.

Falando em primeiro lugar, o Presidente da Direcção Central traçou um breve historial da Associação, referindo os seus antecedentes, causas e objectivos e fazendo breve análise dos grandes projectos em que se encontra envolvida, quer nacional quer internacionalmente, com destaque



o grupo de psicoterapeutas sobre «stress de guerra», referiu ainda o «gabinete do utente», no HMP Lar Militar, para além questões culturais e educativas.

Na sua qualidade de elemento da comissão «Estatuto do Deficiente Militar», o major Marcio focou também a importância deste documento



SNR =
secretaria
nacional
de reabilitação

para a legislação e a área social, a construção da nossa sede, a I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e a participação da FMAC.

Seguidamente, o responsável pelo Gabinete dos Órgãos Sociais — GOS — Manuel Lopes Dias, explicou o funcionamento da Casa, através das estruturas, órgãos e serviços que a compõem, quer a nível nacional quer regional e local, não deixando de assinalar que o principal motor de toda a engrenagem são os seus sócios, técnicos, funcionários e colaboradores.

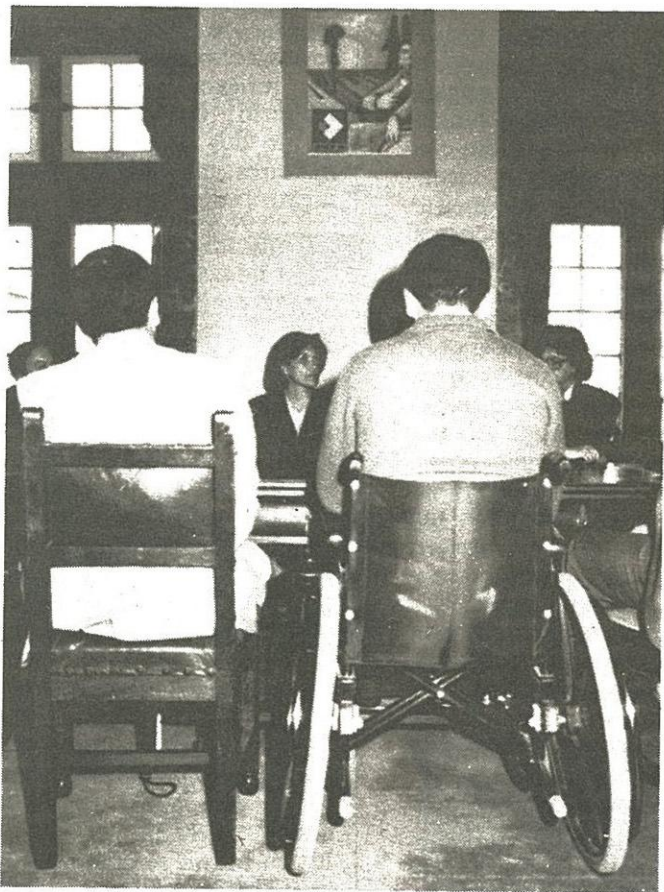
O responsável pelo Departamento de Apoio Social e Cultural — DASC — Jorge, Maurício, recordando que «se a guerra acabou, os escolhos não», depois de indicar que o seu serviço dispõe, para apoio aos sócios e suas famílias, de duas psicólogas, dois médicos (clínica geral e psiquiatria) e uma assistente social, tendo acabado de ser reactivado

to em estudo, assim como indicou algumas das propostas de lei, ou alterações, que a ADFA apresentado ao Governo.

O responsável pelo departamento de Apoio Médico e Administrativo aos Sócios — DAJAS — Francisco B. Marçal, falando, depois, sobre o trabalho específico do serviço quer quanto à elaboração dos mais diversos Processos (qualificação, recursos, juntas, pensões, etc.) quer quanto à informação e esclarecimento, nomeadamente impostos e compra de medicamentos, indicou haver cerca de 12 500 sócios efectivos (dos quais trezentos poucos já de 89) e 10 dependentes.

Entretanto, e em paralelo com a apresentação de todas estas questões, breves trocas de palavras e impressões do «stress da guerra», referindo a importância da Secretaria Nacional de Reabilitação que podendo evitar as suas consequências se tornarem invisíveis, embora se tenham ultrapassadas muitas situações, as ma

Nova Secretária Nacional de Reabilitação visita a ADFA



o grupo de psicoterapia sobre «stress de guerra», referiu ainda o «gabinete do utente», no HMP e o Lar Militar, para além das questões culturais e desportivas.

Na sua qualidade de elemento da comissão do «Estatuto do Deficiente Militar», o major Maurício focou também a importância deste documen-

decerto que ficaram, ao que o Presidente da DC informou que estando a ADFA consciente da importância do assunto, está a patrocinar o seu estudo e terapia, propondo-se a avançar com propostas concretas baseadas em relatórios completos e pormenorizados, já que, conforme lembrou o 1.º Secretário da DC, ainda se

mento geral de preços e custos, como também à necessária maior profissionalização de vários sectores e serviços, como resposta imprescindível à procura/dinamização dos mesmos, o actual subsídio do Ministério da Defesa Nacional não paga sequer a manutenção das estruturas/trabalhadores, pelo que, para além da quotização, se torna cada vez mais, premente a diversificação de receitas, implicando isso, por vezes, apostas com sérios, mas calculados, riscos, como foi o caso recente de um grande investimento na modernização da tipografia-escola.

Esclarecendo, em resposta a uma pergunta da dr.ª Guida Faria, que o orçamento anual da ADFA se encontra nos 200 mil contos, o dr. Sarmiento Coelho referiu depois os cursos de Formação Profissional (12 em Lisboa, 89/90), dos prelectores (principalmente do Grupo de Escolas da Armada), dos formados (deficientes, mas não só militares) e do apoio que pelo DFP, em estreita colaboração com o DASC (psicólogas e assistente social), é dado aos alunos e familiares não só na fase de selecção como também na de formação e na, posterior, de procura de emprego.

Intervindo, o Presidente da DC referiu as ajudas da Secretaria de Estado do Emprego e da Segurança Social, do Instituto do Emprego e da Formação Profissional e do FEDIP, para a concretização dos projectos da ADFA, a qual, com a sua acção, pretende ser, mais do que mero «formador», também forte agente de emprego, quando não ela mesma empregador.

que é má, realçou não poder ser a mesma encarada como mero acto comercial, tal como o deficiente não é apenas isso, mas principalmente uma pessoa com outros problemas associados, pelo que a reabilitação tem que fazer parte integrante de qualquer programa, de qualquer acção consciente e séria. E é isso que se tenta fazer no Porto, no Centro de Reabilitação da Delegação da ADFA, procurando-se que uma avaliação/orientação seja acompanhante permanente do deficiente, em paralelo com uma capaz reabilitação funcional, de forma a que ajudas técnicas apropriadas possam reduzir e/ou prevenir incapacidades secundárias, tudo na certeza, confirmada pela experiência, de que muitas pessoas não utilizam as suas próteses por não o saberem fazer correctamente, por lhes doerem, etc... Explorando os vários projectos

área social, o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela ADFA, aproveitando ainda para, felicitando a Direcção Central pela assinatura recente do «Protocolo de Cooperação» com os Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social, realçar o importante que é dar espaço físico às associações.

Analisando, seguidamente, os vários, e aparentemente díspares, campos de acção da ADFA, a dr.ª Guida Faria destacaria, em responsabilidade directa, a nova Sede e a I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e como apoio indirecto, o desenvolvimento da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes — FPDD — e o aproveitamento e valorização integral do Lar Militar.

Falando sobre o Centro



«em carteira», nomeadamente nos campos da investigação, meios tecnológicos e informação/documentação, o dr. Jerónimo de Sousa informou das carências materiais de vária ordem que se fazem sentir, principalmente técnicas e instalações, dificultando e atrazando todo o trabalho

de Reabilitação do Porto, que lhe interessou particularmente como técnica, tendo manifestando o desejo de o visitar aquando de próxima deslocação ao Norte, teceu algumas considerações e convidou o dr. Jerónimo de Sousa a estar presente num próximo Conselho Nacional de Reabilitação onde seja tratado o programa HELIOS (CEE).

A encerrar a sua intervenção a Secretária Nacional de Reabilitação considerou que o maior exemplo dado pela ADFA é o de procurar sempre uma verdadeira promoção da pessoa no sentido de a tornar autónoma e menos dependente possível, tendo até referido, a propósito, o célebre provérbio chinês que diz que a um pobre não se deve dar comida, mas sim deve-se ensiná-lo a pescar.

Infelizmente, e dada a agenda extremamente sobrecarregada da dr.ª Guida Faria, com enormes solicitações no início de funções, não foi possível cumprir a visita às instalações e diversos serviços da Sede, como estava planeado. Ficou prometida para uma próxima oportunidade.



to em estudo, assim como indicou algumas das propostas de lei, ou alterações, que a ADFA tem apresentado ao Governo.

O responsável pelo Departamento de Apoio Jurídico e Administrativo aos Sócios — DAJAS —, Francisco B. Marcelino, falando, depois, sobre o trabalho específico do seu serviço quer quanto a elaboração dos mais diversos Processos (qualificação, recursos, juntas, pensões, etc., etc.) quer quanto a informação e esclarecimento, nomeadamente impostos e compra de viaturas, indicou haver cerca de 12 500 sócios efectivos (dos quais trezentos e poucos já de 89) e 2000 pendentes.

Entretanto, e em paralelo com a apresentação de todas estas questões, breves trocas de palavras e impressões do «stress de guerra», referindo a Secretária Nacional de Reabilitação que podendo as suas consequências serem invisíveis, embora se julguem ultrapassadas muitas situações, as marcas

mantem grande a dificuldade das entidades militares assumirem os resultados psíquicos da guerra.

O responsável pelo De-



partamento Administrativo de Gestão Económico-Financeira — DAGEF — e pelo Departamento de Formação Profissional — DFP —, Sarmiento Coelho, iniciou a sua exposição indicando que, face não só ao agrava-

mento geral de preços e custos, como também à necessária maior profissionalização de vários sectores e serviços, como resposta imprescindível à procura/dinamização dos mesmos, o actual subsídio do Ministério da Defesa Nacional não paga sequer a manutenção das estruturas/trabalhadores, pelo que, para além da quotização, se torna cada vez mais, premente a diversificação de receitas, implicando isso, por vezes, apostas com sérios, mas calculados, riscos, como foi o caso recente de um grande investimento na modernização da tipografia-escola.

possível e, mais do que isso, necessário e útil. Finalmente usou da palavra a Secretária Nacional de Reabilitação que, em primeiro lugar, manifestou, não só nessa qualidade como também na de portuguesa e na de colega na

No passado dia 28 de Março visitou a ADFA, acompanhada por alguns dos seus mais directos colaboradores, a Secretária Nacional de Reabilitação, a qual, conforme noticiado neste mesmo espaço do anterior ELO, tomou posse em 23 de Fevereiro último.

Recebida no gabinete da Direcção Central, aí, após saudações e troca de cumprimentos, a dr.ª Guida Faria teve oportunidade de ficar a conhecer melhor a ADFA, numa reunião em que participaram, para além dos Presidente, Vice-Presidente e 1.º Secretário da DC, respectivamente José Arruda, Guedes da Fonte e Patuleia Mendes, o 1.º Secretário do Concelho Fiscal Central, Armando Alves, os responsáveis pelos diversos departamentos da Sede e o Director do Centro de Realibitação da ADFA/Porto.

Falando em primeiro lugar, o Presidente da Direcção Central traçou um breve historial da Associação, referindo os seus antecedentes, causas e objectivos e fazendo breve análise dos grandes projectos em que se encontra envolvida, quer nacional quer internacionalmente, com destaque

para a legislação e a área social, a construção da nossa sede, a I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e a participação da FMAC.

Seguidamente, o responsável pelo Gabinete dos Órgãos Sociais — GOS — Manuel Lopes Dias, explicou o funcionamento da Casa, através das estruturas, órgãos e serviços que a compõem, quer a nível nacional quer regional e local, não deixando de assinalar que o principal motor de toda a engrenagem são os seus sócios, técnicos, funcionários e colaboradores.

O responsável pelo Departamento de Apoio Social e Cultural — DASC — Jorge, Maurício, recordando que «se a guerra acabou, os escolhidos não», depois de indicar que o seu serviço dispõe, para apoio aos sócios e suas famílias, de duas psicólogas, dois médicos (clínica geral e psiquiatria) e uma assistente social, tendo acabado de ser reactivado

Olá Portugal! Fala-vos o casal Pereira, daqui, de Hamburgo!

CASAL PEREIRA
(continuado de FEV90)

Ent. — «Eu julgo poder adiantar uma sugestão...»

Continuando, então, o convívio/conversa em casa dos Pereira, vejamos a sugestão que o «entrevistador», que ainda não dissemos ser António Neves, tinha para dar, sendo o ELO o transmissor dessa ideia:

Ent. — «A família Pereira, no próximo ano, como sempre, vai a Portugal de férias e seria interessante se a ADFA promovesse, nas suas instalações, um encontro vosso com todos os que por cá passaram, para que fosse possível sermos nós, desta vez, os anfitriões.» Armando Ramos Alves, elemento da última Direcção Central e agora membro do Conselho Fiscal Central, intervem calorosamente, informando que tem conhecimento de que o assunto já tem sido abordado em Lisboa, tendo como certo que está no pensamento da actual DC a organização de tal convívio, devidamente tratado e publicitado no ELO, de forma a que todos os associados do País, que passaram por Hamburgo, tenham conhecimento dele e possam estar presentes.

Arm. Alves — «É uma obrigação, um dever, o mínimo que...»

José Pereira — «Obrigação não...»

Ent. — «Um prazer...»

J. Pereira — «Poderás dizer, nessa altura, que é uma prensa de aniversário, já que faço, então, 60 anos...»

Ent. — «O interesse é receber-vos na casa de todos nós, que é a ADFA:»

A conversa desvia-se, por momentos, para outros assuntos, mas voltando-se a esta questão, José Pereira, que se mostra sensibilizado com a proposta, assim como a esposa, acautela a concretização da «festa» para mais tarde, só após ter marcado as suas férias, já que seria extremamente desagradável que, noticiado o encontro, «convocados» os interessados, por qualquer razão ele não se pudesse efectuar.

E na sequência lógica da sugestão, a troca de impressões volta-se para as referências que cada um tem destes contactos de mais de vinte anos do casal Pereira com os militares portugueses, deficientes, que passaram pelo HM Hamburgo.

Domi diz então que sem qualquer intenção ou interesse, as coisas que tem feito talvez sejam, até, «... um pouco de egoísmo da minha parte. Eu tenho aprendido muito com vocês, na medida em que ao pensarmos que os nossos problemas são enormes,

se os compararmos com os vossos, acabamos por ver que são tão pequeninos... Esse é o lucro que tenho tirado, o ter aprendido a dimensionar e a equacionar, devidamente, os meus problemas.»

Mas, afirma o entrevistador, se eles, Pereira, aprenderam alguma coisa com os deficientes, «nós auferimos muito mais da vossa ajuda!» E António Neves refere os inúmeros problemas ajudados a ultrapassar, os conhecimentos adquiridos, o agradável que é ser recebido tão bem e conviver em ambiente familiar, «posso dizer que é muito bom, quando se está fora do País, ter alguém, uma família, que vive os mesmos problemas que nós, que sente connosco e com quem se pode partilhar alguns momentos de são



convívio... e preparar boa comida portuguesa. Em nome dos que por cá têm passado, quero deixar aqui bem vincado o nosso sincero agradecimento pela vossa amizade.»

J. Pereira — «A amizade aceite, os agradecimentos não...»

Novo desvio da conversa, voltando-se esta, agora, para alguns outros aspectos da estada dos deficientes militares em Hamburgo. E o entrevistador começa por pedir aos anfitriões que, mercê do contacto directo que têm mantido com eles, desde a primeira deslocação até ao último internamento, passando pelas várias estadas intermediárias, já que muitos se têm que deslocar à Alemanha com determinada frequência, mercê, dizíamos, da observação das várias fases e da evolução de cada, opinem sobre a sua permanência no HMH.

Em resposta, os Pereira, Domi e Zé, em perfeita sintonia, não querendo, propriamente, falar em «aspectos técnicos», consideram de enorme benefício as idas ao HMH, não só quanto à prótese em si, como também à recuperação plástica e física, «... seria muito bom que em Portugal tivessem os mesmos cuidados que aqui. Porque não se trata só de fazer uma prótese, entregar quer um

braço, uma perna ou um pé, e depois, «vai-te embora!» A recuperação, a ginástica, é dos pontos principais que se tem que ter em vista com um deficiente, qualquer que ele seja.»

Quanto ao relacionamento com o pessoal médico e de enfermagem do HMH Hamburgo, Domi esclarece que uma das grandes dificuldades de comunicação que pode, por vezes, existir, se relaciona com o facto de nem sempre, entre os elementos que integram cada grupo de internados, incluindo o enfermeiro acompanhante, haver quem fale inglês, muito menos alemão. Sobre as relações pessoais existentes, considera que são as mais correctas possíveis, bastante simpáticas até, havendo casos de jovens

militares alemães que preferem estar com os portugueses, porque o ambiente é completamente diferente.

E sobre esta questão, os presentes embrenham-se em animada troca de impressões, reconhecendo que já houve fases melhores e piores, observando o 1.º Sg. Enf. João Neves que se estava a verificar um esforço das entidades portuguesas num maior cuidado na escolha dos «acompanhantes», a fim de poder obviar a algumas dessas situações.

Julga ELO que nesta altura terá havido uma breve (?) intervenção dos «trabalhos», já que... J. Pereira — «Vamos pois petiscar comida portuguesa...»

Retomada a conversa, retoma-se também o ponto fulcral, de grande importância e preocupação para os deficientes militares, das idas e internamentos no HMH Hamburgo. Domi e José Pereira recordam casos muito concretos de necessidade de retorno; o do Braz, que esteve em 76, para próteses oculares e que anos mais tarde teve que voltar para ser de novo operado, agora com «plástica» também, já que, talvez por causa da praia e da água salgada, tinha as pálpebras a desfazerem-se, sem que em Portugal o tratassem; o

do Pimenta, que chegou de bengala e pés tortos, por mal assistido e acompanhado em Lisboa, e que agora nem bengala usa; o do próprio Magalhães Alves, a subir e a descer a rampa, a escorregar suor, e a enfermeira, Miss Mödz (?), sempre a insistir para continuar, continuar; um Cardoso, que chega com enormes problemas num pé e sai a caminhar; um Fontes, que esteve para ser amputado e que sai da Alemanha com as suas botas, pronto para o serviço no hotel onde trabalha; um Casmarrinho...; um...; um... E J. Pereira estranha que numa enfermaria própria de 6 camas, apenas 3 estejam ocupadas, havendo uma enorme lista de espera, em Portugal, por vezes de muitos meses, mesmo um ano.

Mas recordam-se, também, os médicos portugueses que passaram pelo HMH, os drs. Cardoso Oliveira, Carrilho, Viagas, e outros, que deviam ser ouvidos nesta questão e reconhe-se que o grande problema não está tanto nas pessoas como nas condições e no sistema.

Magalhães Alves — «Pela experiência que tenho, penso que se não tivesse vindo à Alemanha era capaz de não caminhar. Bi-amputado pelo 1/3 médio...»

Não é minimamente aceitável o que se faz em Portugal. Tiram-se as medidas, fazem-se as provas, prova-se... e manda-se o deficiente para casa. Não é possível, no caso de um bi-amputado, tirar o mínimo aproveitamento.

É evidente que enquanto não fizermos em Portugal o que temos aqui, e que já foi focado por todos, a recuperação, a técnica de caminhar, a oficina dentro do hospital, o acompanhamento médico e de enfermagem com paz e sossego, deve manter-se a vinda.

Quando isso acontecer em Portugal, sou o primeiro a querer lá ficar!..»

Nesta altura da conversa intervem o próprio entrevistador, António Manuel Pereira Neves, que reforça, em jeito de resumo, tudo o que tem sido dito, apresentando toda a questão de uma forma bastante concreta e realista. Pela sua importância, e para não entendermos muito o presente «capítulo» deste tão longa quanto interessante conversa, procuraremos, no próximo ELO, fazer uma transcrição tão completa e correcta quanto possível das suas palavras, quase em forma de «Mensagem» para os

nossos principais responsáveis governamentais e militares, sendo certo que ela é um reflexo, bastante límpido, do pensamento dos deficientes militares, quer em relação tanto às suas

listas. No vosso caso é fundamental, e vou de encontro às tuas palavras, Tó, e das palavras do Magalhães Alves e do Ramos, é importantíssima a recuperação que aqui se faz. Quando ela for igual em Portugal, então, nessa



preocupações actuais quanto à necessidade das idas à Alemanha, quer com os seus desejos e esperanças de que em Portugal, num futuro breve, se criem condições semelhantes.

Magalhães Alves volta a intervir para recordar que os primeiros que foram para Hamburgo encontraram aí, então, sistemas de trabalho e assistência quase idênticos aos existentes, ainda, em Portugal, inclusivé com a «casa de prótese» fora do perímetro hospitalar, só mais tarde sendo integrada no mesmo, por entendimento dos benefícios práticos e reais que daí poderiam advir para os deficientes.

Mag. Alves — «Mais tarde, e quando alguém fez uma tentativa para que aquele serviço sáisse do hospital, o seu Chefe opôs-se com firmeza, dizendo que se o fizesse ele deixaria de ter condições para o tratamento devido aos deficientes amputados.»

Isto é elucidativo do que há aqui e que ainda não conseguimos ter em Portugal.»

Recordando-se que a guerra durou 14 anos e que já passaram outros tantos depois de terminada, fazem-se observações quanto à falta, ainda e tanto tempo depois, de infra-estruturas capazes, tendo José Pereira, reafirmando o seu amor a Portugal, o seu regozijo quando lê o dizer bem e sua tristeza quando ouve dizer mal do seu País, dito a terminar a sua intervenção.

J. Pereira — «No entanto, temos que pôr o dedo na ferida e ser rea-

altura, é como vocês dizem, não haverá necessidade de cá continuarem a vir, até porque, estarão juntos das vossas famílias.

Mas, insisto, a recuperação é o ponto n.º 1 para se aproveitarem devidamente das próteses e para poderem tratar da vossa vida, quotidianamente.»

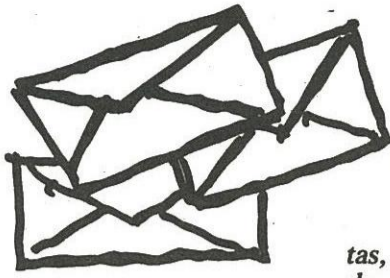
Domi — «Nessa altura somos nós que lá vamos visitá-los...»

Ent. — «Para ponto final, tido o que aqui se disse pretende apenas realçar todo o convívio que vocês sempre nos proporcionaram; toda a receptividade e acompanhamento que deram, e continuam a dar, em permanência, desde há tantos anos, aos deficientes militares portugueses aqui, em Hamburgo; Enfim, as grandes amizades que criaram e reforçam continuamente.»

Quanto aos outros aspectos, eles têm uma única finalidade: chamar a atenção do interesse que todos nós — nós, utentes do hospital e vocês, observadores externos, reconhecemos que há na continuação da nossa vinda aqui, ao Hospital Militar de Hamburgo, em termos de reabilitação e recuperação. E também, digamos, focar, se isso pode ser um contributo para quem tem o poder de decisão, focar, dizia, aquilo que no nosso entender, baseados na nossa experiência, porque somos nós, deficientes, em 1.ª instância, quem o sentimos em pleno, aquilo que em Portugal, no nosso País, no nosso hospital — que o HMP é o nosso hospital —, deveria ser feito para que os nossos problemas pudessem ser devida e cuidadosamente atendidos e solucionados.

É isto não é?!..»

Pessoal que esteve no HM Hamburgo e que esteja interessado em comparecer a um eventual convívio, na sede, com o casal Dom e José Pereira, nas suas férias, talvez para Julho ou Agosto, deve estar atento às notícias no ELO.



Correspondência

Nesta Secção, hoje bastante preenchida, uma primeira referência para a carta do nosso associado n.º 11 816, Osvaldo J. M. Patrocínio, que, focando o problema da nova tabela de vencimentos, deveria ter sido transcrita no ELO de Março, não fosse a falta de espaço então verificada. No entanto, o nosso Director enviou directamente àquele sócio um cartão recordando-lhe a sessão de esclarecimento e informação que iria ter lugar no dia 14 desse mês e de que já foi feita a devida notícia. Assim, considera-se desnecessária transcrever agora aquela, não deixando, no entanto, de a referir, e agradecer, aqui. Seguidamente, a carta do sócio n.º 378, José Penedo, e a informação de que dela já foi dado o devido conhecimento à Direcção Central.

«O H.M.P. não constitui um exemplo em eliminação de barreiras arquitectónicas»

Embora talvez não pareça um sócio muito activo e empenhado nas actividades da casa, tenho-me mantido permanentemente informado, quer por contacto directo quer pela leitura atenta do ELO, do trabalho desenvolvido pela ADFA no sentido da eliminação das dificuldades com que nos deparamos no dia-a-dia, sejam elas as barreiras da atitude social ou as arquitecturais, e é sobre estas que gostaria de deixar expressas duas curtas linhas.

Sou paraplégico, utilizador permanente de cadeira de rodas e confronto-me na vida diária com a montanha, para mim intransponível, dos acessos a Repartições Públicas, locais de cultura e recreio, até, uma dimensão mais simplista, ao supermercado onde toda a gente se abastece. Mas se

estas situações, ainda que condenavelmente, continuam a subsistir e permanecer no equipamento social, nada justifica que se verifiquem no equipamento hospitalar, designadamente no H.M.P., onde é tratada e atendida toda a diversidade de deficiência provocada pela prestação do serviço militar e que, nalgumas consultas, não constitui, infelizmente, um exemplo nos termos de acessibilidade. Senão vejamos:

— a velha clínica de Oftalmologia do H.M.P. foi totalmente remodelada e readaptada no início da década de 80, já bastante para áquem do período da guerra colonial, sendo, na altura, do pleno conhecimento das entidades responsáveis pela saúde militar, as inúmeras situações de grande amputação de membros inferiores, de paraplegia e tetraplegia que aquela provocou. No atendimento naquele serviço, tive que ser transportado a braços, conjuntamente com a minha cadeira, pelo pessoal militar ali destacado, — e saliente-se a prontidão e eficácia com que o fez —, dado que todos os acessos ao edifício são feitos por escadaria.»

Mas neste serviço não nos quedamos por aqui já que os sanitários respectivos, quiza bem equipados, não prevêem entrada e circulação, logo a sua utilização, por parte de deficientes em cadeiras de rodas e, mais grave, está-lhes também vedado o acesso à maioria dos gabinetes médicos, uma vez que não se precaviu, pela exiguidade das suas por-

tas, a possível necessidade da sua assistência oftalmológica;

— foi também, e mais recentemente, sujeita a razoáveis obras a Clínica de Fioterapia do H.M.P.; obras necessárias, evidente. No entanto, e paradoxalmente, os que mais dificuldade sentem na sua locomoção viram-se-lhes levantar-se-lhes uma barreira que antes não existia: nos sanitários, que até então permitiam utilização plena, é-lhes erguida, à entrada, a montanha de um degrau. Critérios arquitectónicos de quem carece, seguramente, de tratamento oftalmológico ou, e talvez prioritariamente, de cura na área da sensibilidade...

Lemos no último número do nosso jornal, o estado de graça em que se encontram as relações entre a Direcção do H.M.P. e a Direcção Central da ADFA. Sei que estas questões, chamadas de pormenor, não são visíveis nem palpáveis por quem tem que, a nível de gestão hospitalar e direcção associativa, traçar grandes linhas de orientação nas suas áreas específicas. Cabe, por isso, a nós, utentes, confrontados com os problemas e com as barreiras do dia-a-dia, alertar para a sua verdadeira dimensão.

Daqui parte um pequeno recadinho para a Direcção Central da ADFA para que numa próxima reunião com o Director do H.M.P., num contacto que nos parece cordial e sincero, sensibilize para a existência destas situações que, se para muitos são suaves planícies, para

outros constituem intransponíveis Himalaias.

José Vicente Penedo

Recebemos também uma longa carta do sócio n.º 7668. Carlos da Silva Cruz, de Coimbra, na qual, após recordar a homenagem que José Maia prestou a Zeca Afonso (ver ELO/Março. «Escrevem os sócios»), tece várias considerações filosóficas sobre a ADFA — «Sendo eu também sócio desta associação fadada para ser governada como um clube privado de cochinhos e ceguinhos que não têm capacidade para encontrar respostas para muitos dos seus problemas de forma coerente e mais correcta e que defina a pouco e pouco solução válida para as questões concretas sem terem que andar a mendigar ajudas e sem ser preciso protestar mais. Será fatalismo!?

Este é o meu simples comentário ao que escrevem e dizem com frequência os sócios do ELO», e sobre a sociedade e o seu comportamento para com os que são diferentes — «Não é meu hábito entrar em debates nem contribuir para espalhar a confusão e discórdia entre partes diferentes porque sempre fui e serei um marginal enquanto prevalecer a falta de respeito pela diferença» —, terminando: — «Fazer um juízo materialista da Associação de Deficientes das Forças Armadas seria pôr em causa a instituição e ofender a dignidade humana daqueles sócios que são as vítimas duma guerra injusta. ... Erguer de novo a ADFA é um risco, não

é um jogo. No meu ponto de vista só serve como finalidade colectiva, como Fraternidade Universal» —.

Finalmente a carta do sócio n.º 9263, José Soledade, de Gouveia, com a resposta/informação obtida no nosso Departamento de Apoio Jurídico e Administrativo aos Sócios:

«Exmo Senhor Director do Jornal o ELO.

Ao dirigir-me a V. Ex.º quero desde já felicitá-lo pela maneira como tem sabido orientar o nosso jornal ELO e pela informação preciosa que nos traz a quem está longe como eu, dos problemas que nos afectam todos nós, deficientes das Forças Armadas.

É a primeira vez que me dirijo a V. Ex.º e para lhe fazer uma pergunta simples e que gostaria de ver respondida no NOS-SO jornal ou mesmo em carta.

O dia que o carteiro me entrega o ELO o meu primeiro impulso é procurar a página onde estão as notícias dos sócios falecidos e que morreram devido a doenças ou ferimentos ao serviço da Pátria. Todos eles, ou parte deles, deixam mulher e filhos. A morte do militar deficiente, qual será o futuro da mulher viúva e dos filhos, uma vez que parte deles deixam de ter a sua sobrevivência garantida?

Terão neste caso os filhos do deficiente mais a viúva direito a alguma pensão de sobrevivência? Ou ficarão, por assim dizer, entregues à sua sorte e esquecidos que um dia foram filhos de militares deficientes que faleceram

devido a doenças e ferimentos causados ao serviço da Pátria?

Era isto Senhor Director que gostaria que me informasse.

Até a uma próxima oportunidade, um abraço e saudações associativas do sócio n.º 9263.

Obrigado
José da Silva Soledade

De: D.A.J.A.S.
ASSUNTO: PEN-SÕES DE SOBREVIVÊNCIA.

REF. Carta do sócio n.º 9263, José da Silva Soledade.

Relativamente ao solicitado na carta em referência, passamos a informar o jornal ELO do seguinte:

01 — As pensões de sobrevivência são apenas atribuídas às pessoas a exclusivo cargo de subscritores do Montepio dos Servidores do Estado (M.S.E.), neste caso militares do Quadro Permanente, quando por óbito destes e no correspondente a 50% da remuneração ou pensão recebida à data de óbito.

02 — No entanto, a Associação tem vindo a fazer um estudo sobre esta situação, numa tentativa de tornar extensiva esta pensão aos deficientes das Forças Armadas.

03 — Interessa, porém, referir que as pessoas a exclusivo cargo dos deficientes das Forças Armadas, têm direito a uma pensão de preço de sangue, por óbito deste, quando as causas da morte estejam relacionadas com a sua deficiência militar ou quando sejam portadores de uma desvalorização igual ou superior a 60%.

Lisboa, 12 de Abril de 1990.

O DEPARTAMENTO DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO AOS SÓCIOS
Francisco Benavente
Marcelino

ADFA esteve presente... colaboração de Gracinda Benedito (*)

«Diagnóstico da situação da deficiências no Distrito de Lisboa»

A Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, em colaboração com o Centro de Segurança Social de Lisboa e os apoios do Fundo Social Europeu e do Ministério da Juventude, efectuou um «Diagnóstico da situação da deficiência no Distrito de Lisboa», estudo esse com base no «Projecto de abordagem comunitária em favor da pessoa com deficiência no Distrito de Lisboa», resultado de um trabalho que demorou três anos a completar, tendo três fases:

- 1.ª — Fase de diagnósticos
- 2.ª — Formação de pessoas na área da «reabilitação» e
- 3.ª — Elaboração do

«Roteiro de Equipas, serviços e prestações de apoio às pessoas deficientes no Distrito de Lisboa».

Para apresentação das conclusões deste estudo, foi realizada uma sessão final no passado dia 23 de Fevereiro, e para a qual, conforme «Agenda» do ELO/FEV, a ADFA foi convidada, tendo-se feito representar, para além do Presidente da Direcção Central, José Arruda, pelo responsável pelo DASC, Major Maurício e pela assistente social da Sede, Gracinda Benedito.

Tendo havido intervenções por parte de representantes das várias entidades e organizações

envolvidas, incluindo elementos dos diversos «grupos de trabalho» no terreno (Lisboa, Amadora, Loures, Sintra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira), falou também a dr.ª Guida Faria, que presidiu, já na qualidade de Secretária Nacional de Reabilitação, cargo de que tomou posse nesse mesmo dia

LNETHI estuda nova cadeira de rodas

No âmbito do programa SPRINT — Programa Estratégico para a Inovação e Transferência de Tecnologia —, da CEE, o Gabinete de Estudos Heurísticos de Maximização Tecnológica (GEHMT) do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETHI), está a levar a efeito um projecto

Havendo sidos distribuídos os dois trabalhos em referência, o «Diagnóstico» e o «Roteiro», pensa-se que esta documentação pode ser bastante útil no apoio que os serviços sociais da ADFA poderão dar aos sócios e famílias, em termos de equipamento disponível, podendo os interessados obter mais informações, a esse nível, quer pessoal que telefonicamente.

transnacional com o objectivo de conceber/reformular uma cadeira de rodas eléctrica para uso de deficientes, concorrendo, simultaneamente, para um maior acesso dos utilizadores, através da redução do preço de compra e para a substituição de importações.

Previendo este estudo a participação directa e o

apoio de entidades interessadas, foi constituído um grupo de «análise funcional» que engloba para além de, digamos, um secretariado, técnicos de mercado e publicidade, de desenho, concepção e ergonomia, especialistas em tecnologia, assim como utilizadores e terapeutas.

Convidada a participar, a ADFA fez-se representar, numa primeira reunião, em 27 de Março, pelo responsável pelo Departamento de Formação Profissional, dr. Sarmiento Coelho e pela assistente social do DASC, Gracinda Benedito, tendo esta sessão como fim principal a listagem de necessidade e dificuldades dos utilizadores de cadeiras de rodas eléctricas e definir o tipo de deficientes prioritários nessa utilização, no intuito de planear uma cadeira tipo para o grupo maioritário, pre-

vendo-se logo hipóteses várias de adaptação para os outros.

Após se ter estabelecido que o universo do utilizador refere «dependência para a função de marcha + incapacidade de se auto-propulsar», o que abrange um número muito vasto de pessoas, desde, os idosos aos que não se podem locomover ou que necessitam de ter mais autonomia, passou-se à enumeração das suas necessidades e à análise das características técnicas a que, em face daquelas, deve obedecer a cadeira de rodas eléctrica em estudo. Entretanto, e em sessões seguintes já realizadas, estiveram também presentes alguns «utilizadores», nomeadamente, por parte da ADFA, os sócios Pinto e Maltês.

(*) assistente social da ADFA

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Cedido o terreno lançada a 1.ª pedra, assinado o contrato de adjudicação, firmado o «Protocolo de Cooperação», iniciadas as obras, poder-se-á pensar que tudo está já garantido e que não se justificam grandes preocupações quanto ao futuro.

Assim fosse!

É que, ao contrário do que muitos julgam, e as notícias da Comunicação Social a isso poderão ter conduzido, está longe de ser, digamos, completada a construção da nova Sede. Duzentos e sessenta mil contos embora seja bastante dinheiro, correspondem apenas aos valores estimados para a 1.ª e 2.ª fases da obra. E o resto? Vamos viver e trabalhar apenas entre paredes, sem acabamentos condignos, sem móveis e outro equipamento? E os arruamentos e espaços verdes, ficar-se-ão, má recordação por picadas e capim?

O nosso desafio não é para uma Sede digna, não só de nós próprios (e merecêmo-la!), como de todos aqueles que em «nossa» Casa queiramos receber? E não teremos direito, até por simples opção de eficiência, a dispor de moderna tecnologia de apoio a todo o nosso trabalho, no fundo, de podermos servir o melhor possível o associado e a sua família?

É aqui que cabe uma palavra forte aos sócios. Mesmo que o Governo, ou a própria instituição militar, não neguem as obrigações que tem para com aqueles que ao serviço de um dever pátrio se deficientaram, cabe a estes reafirmarem bem alto que aceitem a solidariedade mas recusam o paternalismo com a dependência, custe isso, embora, e por vezes, bastante caro, como é o caso recente, e paradoxal, para não se dizer outra coisa, de haver sido recusada a isenção de IVA à construção, na base de que a ADFA não é como não quer ser, uma «instituição pública de solidariedade social», isto é, uma instituição tutelada pelo Estado.

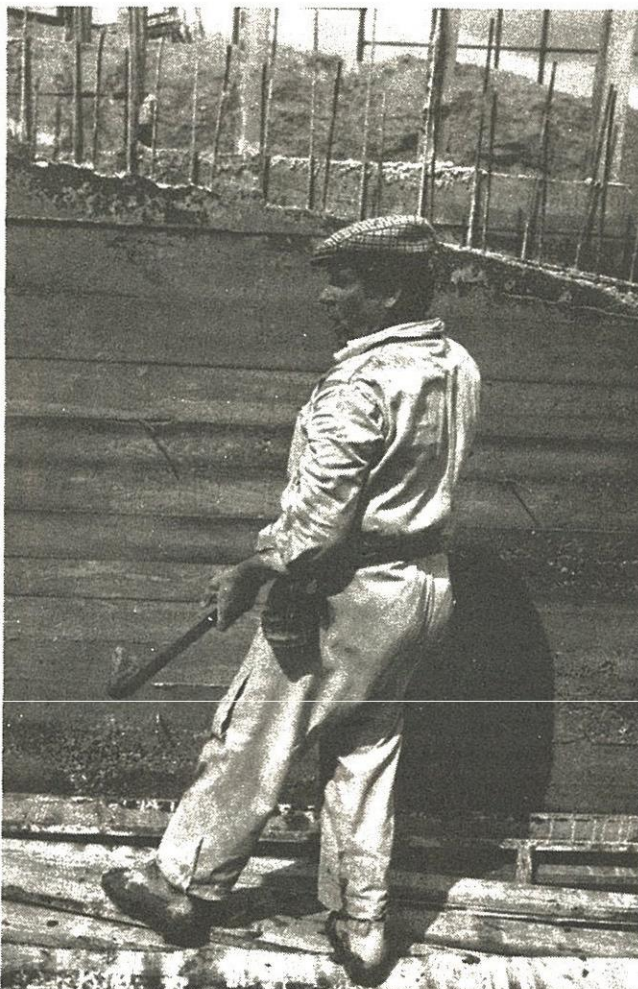
Prossegue a «CAMPANHA DE FUNDOS PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS». A cada sócio compete afirmar que, realmente, é a sua Sede, paga não só com o seu sangue e a sua carne como também com o seu dinheiro. Como tantas vezes tem sido dito, por muito que nos ofereçam, continuamos a ser credores, não devedores!

Por isso o «ELO», também continua a apostar em cada um dos seus leitores, em cada antigo combatente, em cada familiar, em cada amigo.

Transporte (MAR/90) 3 019 938\$00

N/SÓCIOS

	NOME	QUANTIA
(Sede)		
1 385	Adelino S. Jorge (de MAR) ...	+ 600\$00
598	Fernando N. Francisco	10 000\$00
311	José M. Diniz	10 000\$00
906	Manuel A. R. Custódio	10 000\$00
8 638	Mário L. Ferreira	10 000\$00



6 627	Augusto A. C. Salgado	10 000\$00
8 576	Fernando P. B. Camacho	10 000\$00
4 673	Leonardo J. Santos	10 000\$00
10 731	António M. P. F. Gomes	10 000\$00
202	António B. Morais	15 000\$00
418	António M. Matos	2 000\$00
8 349	Benjamin S. Cavalheiro	5 000\$00
7 626	João A. F. Pinto	5 000\$00
231	João V. Velhais	5 000\$00
11 230	António H. Josezinho	2 000\$00
1 873	Fernando M. Alves	2 000\$00
381	Virgílio J. Oliveira	5 000\$00
9 050	Francisco Baptista	5 000\$00
1 406	António M. Aniceto	2 000\$00
5 997	Adelino J. M. Barros	1 000\$00
10 508	António J. C. Santos	5 000\$00
10 967	João V. V. Baptista	1 000\$00
11 887	Joaquim S. H. Palhoto	3 000\$00
10 985	Jorge F. Costa	2 000\$00
1 835	João V. A. José	5 000\$00
9 349	Mário G. Saraiva	1 000\$00
262	José A. F. Pereira	5 000\$00
11 158	João C. Carlos	5 000\$00
392	João X. Teixeira	5 000\$00

11 687	António A. Teles	1 000\$00
2 615	João V. Godinho	5 000\$00
11 383	José M. Feliciano	2 000\$00
1 053	Joaquim R. Lopes	5 000\$00
5 490	Joaquim Teixeira	5 000\$00
7 427	João S. Albuquerque	2 000\$00
7 669	João C. Ferreira	2 000\$00
7 719	Joaquim Lopes	3 000\$00
665	Raul C. Piedade	1 000\$00
9 800	Manuel M. Marques	1 000\$00

(Bragança)

1 016	Emídio S. Garcia	5 000\$00
6 531	Fernando S. Assis	1 000\$00
2 777	Gil E. S. Martins	3 000\$00
2 744	Eduardo D. Nogueira	2 000\$00
5 455	Francisco A. Fernandes	3 000\$00
2 781	Gualter A. Afonso	2 000\$00
2 936	Alcino J. Vaz	1 000\$00

(Castelo Branco)

2 762	Francisco R. M. Lopes	1 000\$00
1 477	Miguel G. Valentim	3 000\$00
8 462	João P. Gonçalves	5 000\$00
4 683	Mário H. S. Matos	2 000\$00
8 421	Joaquim M. Ramilo	2 000\$00
3 795	Francisco A. C. Paixão	5 000\$00
7 969	Joaquim F. Santos	2 000\$00
7 329	João F. G. Bugalhão	1 000\$00

(Coimbra)

3 174	Fernando M. Pedroso	3 000\$00
3 238	Alfredo P. Santos	1 000\$00
3 282	Manuel A. D. M. Caetano	1 000\$00
11 467	José G. Dias	1 000\$00
10 208	Bartolomeu Castro	5 000\$00
6 197	António Martins	1 000\$00
5 522	Gilberto P. Gaspar	5 000\$00
6 190	Artur P. Rodrigues	1 000\$00
6 269	Manuel F. Q. S. Lucas	10 000\$00
7 116	Carlos A. F. Vargas	1 000\$00
6 966	António A. Rodrigues	1 000\$00
9 832	António R. Silva	5 000\$00
9 968	José A. T. Calinas	1 000\$00
8 424	Manuel S. R. Júnior	5 000\$00
9 032	Dilermando M. G. Pereira....	5 000\$00
11 747	Alberto S. Tavares	2 000\$00
8 927	Abílio F. Tavares	1 000\$00
11 324	Altino L. Brites	3 000\$00
11 356	António M. Pereira	2 000\$00

(Faro)

2 530	Eurico S. Neves	1 600\$00
3 861	António M. N. Mendes	2 600\$00
7 491	Carlos M. G. Brito	1 000\$00
8 656	João C. S. Gonçalves	1 000\$00
10 305	José F. Sequeira	1 000\$00
7 397	Vitorino C. Silva	1 500\$00
7 693	António J. A. Leal	5 000\$00
9 257	Álvaro L. Ventura	1 600\$00
11 445	João I. D. Damásio	1 000\$00

(Viseu)

6 581	Francisco F. Batista	10 000\$00
3 195	Joaquim A. Rodrigues	2 000\$00
2 754	Hélder M. F. F. Cortez	1 500\$00
35	Manuel M. Rodrigues	3 000\$00

N/SÓCIOS

(Sede)

	Fernando L. R. Veloso	1 000\$00
A transportar (ABR90)		3 334 338\$00

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

UISEU

SEGUNDAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
TERÇAS:	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa	14.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
QUARTAS:	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
QUINTAS:	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
SEXTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
SÁBADOS:	Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues	9.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos	9.00 H.

SEDE

CLÍNICA GERAL	Médico: sócio	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
	dr. Fernando Brito	
PSIQUIATRIA	Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA	dr.ª Paula Frazão	De Segunda a Sexta-feira, 9/12.30 h.
ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL	Dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.
SERVIÇO SOCIAL	Assistente social:	Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.
	Gracinda Benedito	Terças e Quintas-feiras, 9.30/12.30 h.

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da sede.
- As marcações são feitas no DASC, 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As sessões de Orientação Escolar e Profissional destinam-se a filhos de sócios e estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita para Anabela, no departamento de Formação Profissional, também pelos telefones acima indicados.
- O atendimento de «Serviço Social» é feito por marcação telefónica prévia (Telef. 346 21 67/8 - Ext. 44).

As consultas de sábado efectuam-se na própria Delegação obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.

I CONFERÊNCIA DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU

Lançada a semente à terra por ocasião do III Congresso, regada e adubada por vontades e ideais que lhe deram vida e a fortaleceram, frondosa já se apresenta a árvore e excelentes deverão ser os seus frutos.

Planeada inicialmente para coincidir com as comemorações do 16.º aniversário da Associação, não será possível realizá-la nessa data precisa, por impossibilidades da Fundação Calouste Gulbenkian, entidade que desde que logo contactada para o efeito se mostrou enormemente interessada e disponível em ceder as suas instalações, mercê de compromissos já antes assumidos. Será, no entanto, apenas uma semana depois.

Como ELO tem vindo a noticiar, grande é o entusiasmo, mesmo a expectativa e a esperança,



em volta de um acontecimento que, aceitamo-lo com orgulho, transcende tudo quanto em regime de cooperação foi pensado e tem sido feito.

Se alguma dúvida pudesse haver na razão e no ideal que move a Associação dos Deficientes das Forças Armadas a enfrentar tal desafio e a querer abraçar aqueles que ainda não há muito tempo, em fronteiras materiais, que não espirituais, diferentes, nos combatiam, o entusiástico apoio e encorajamento de tantas personalidades e organizações, dos vários países envolvidos, rapidamente a desfaria.

Porque ELO de Maio será, esperamos, quase

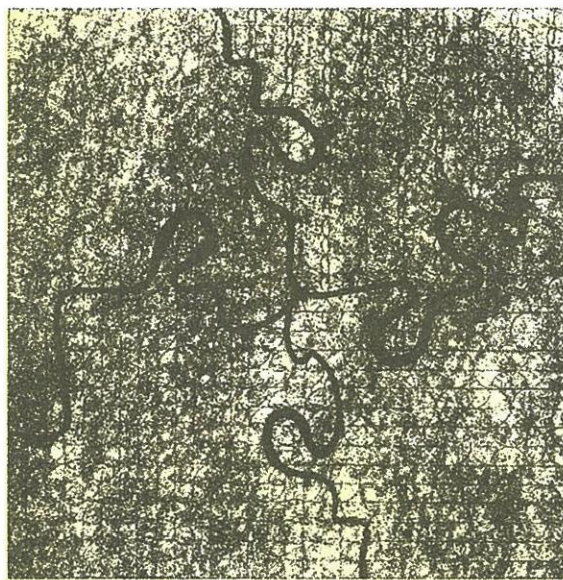


que um «relatório» (a guardar) dessa jornada que se adivinha comovente e fraterna, não nos vamos alongar hoje muito. O suficiente para, no entanto, informar/recordar que da Comissão de Honra, presidida pelo Chefe do Estado, fazem parte o presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo, os Embaixadores dos três países africanos participantes, para além dos presidentes da Câmara Municipi-

Em todos os acontecimentos que encerram algum significado, procura-se-lhes dar uma imagem/logotipo que tente traduzir o seu espírito, a sua causa profunda.

Porque a «I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau», mais do que encerrar significado é, ela própria, SIGNIFICADO, também tem o seu símbolo. À sua autora, esposa de um nosso associado, companheira consciente de um «antigo combatente», a palavra explicativa da sua ideia.

NOVOS CAMINHOS — NOVOS CAMINHOS



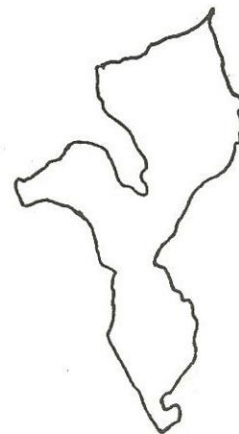
LISBOA, 19 A 24 DE MAIO DE 1990

1.ª CONFERÊNCIA DE ANTIGOS COMBATENTES

PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU

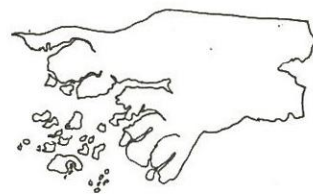
pal de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, da Secretária Nacional de Reabilitação e também do Secretário-Geral da FMAC.

Entretanto, uma Comissão Organizadora, au-



xiliada por um Secretariado Executivo, ambas integradas por elementos de vários órgãos sociais e sócios de reconhecida competência, têm com o apoio logístico da instituição militar e de várias autarquias, para além de outras entidades, e em reuniões sucessivas, traçado um programa, quer de trabalho quer social, do maior interesse.

Sessões sobre «legislação», «reabilitação», «formação profissional» e «paz e cooperação no âmbito da Federação Mundial dos Antigos Com-



batentes-FMAC», alternam com visitas turísticas de estudo (ao Centro de Reabilitação do Porto, por exemplo), com recepções e, momento de extraordinário significado, uma cerimónia de homenagem aos combatentes falecidos, com deposição de flores junto ao Monumento da Av. da Liberdade, em 20 de Maio pelas 11 horas, presidida pelo Ministro da Defesa Nacional e a presença das mais altas entidades civis e militares.

PONTO DE ENCONTRO

Por agora, desejamos finalizar este artigo com um «PONTO DE ENCONTRO» muito especial, tal como Guilherme de Melo termina o seu ainda recente livro sobre Gungunhana e Mouzinho de Albuquerque, «Os leões não dormem esta noite»:

«...

Agora, o ciclo fechou-se. Esta é a festa do meu reencontro com o meu povo. Tu não vieste para nos voltar a separar — como um dia fizeste. Já nada me pode separar desse reencontro. Não: vieste, também, porque, sem o saberes em vida, tu fostes a chave de que os deuses se serviram para que tudo se cumprisse. Para que o ciclo se fechasse: do ódio ao amor, do antagonismo à fraternidade. Da guerra à paz.

...

Mas já nada do que se passou interessa agora. Importa apenas esta festa pelas ruas, esta multidão a bailar na grande praça rasgada ao sol e ao vento, esta sinfonia de mil sons que de todos os lados se alevanta como uma aleluia.

...

Ô ciclo cumpriu-se, Mouzinho. Está, para sempre, fechado. E já outro se começou a abrir. Será que não consegues entendê-lo?

Olho o teu rosto branco e grave.

O teu olhar severo.

O bigode grande e sombrio.

O teu porte austero.

E, de repente, num espanto, maravilhado — vejo o milagre acontecer. Enfim, sorriste.»



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Palácio da Independência

Largo de S. Domingos 1194 Lisboa Codex

Um puzzle de quatro peças NOVOS CAMINHOS

Com os preparativos da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau surgiu a necessidade de dar forma a um símbolo que identificasse visualmente esta realização.

Apontaram-me os objetivos da cooperação, da solidariedade, da entajada nas questões comuns e manifestaram-me a grande preocupação de situar todos os países em absoluta igualdade de circunstâncias. Em virtude do nosso relacionamento no passado, uma ideia fortemente manifestada foi a de que este encontro proporcionasse uma primeira troca de impressões de forma a descobrir novos caminhos que, no futuro, venham a proporcionar uma colaboração mútua e profícua.

Comecei a tecer a ideia e, de modo incipiente ainda, expu-la à Direcção da Associação que manifestou o seu acordo. Daí em diante foi progredindo, ganhou corpo e terminou na reprodução que aqui se faz.

A monocromia inicialmente pensada, passou a múltipla e de pigmentação difusa, devido à diversidade de identidades e pela ampliação da textura natural de um tronco de árvore — ideia base.

A textura... os seus pontos, traços e linhas definem todo e cada elemento (indivíduo), num arranjo estruturalmente diferente que origina padronagens semelhantes e distintas entre si (países).

É nesta textura — identificação de cada um — que predomina a linha curva como lógica ao traço contínuo num elo de ligação entre cada um e todos. E todos os padrões (países) se ligam a cada módulo (indivíduo).

O espaço ocupado por cada país é igual ao de todos os outros, significando-se, assim, a atribuição de igual importância às diferentes partes da unidade (Conferência).

O nosso puzzle de quatro peças, separado por mares e continentes é fácil de unir: é uma questão de NOVOS CAMINHOS.

Leonor



Para uma melhor ideia do que vai ser a Conferência, eis um pequeno resumo do seu programa.

- Dia 19 — Recepção aos participantes no Lisboa Penta Hotel.
- Dia 20 — 11H — Cerimónia de homenagem aos combatentes mortos.
15H — Visita turística.
- Dia 21 — 10H — Sessão de Abertura.
11H — Início de Trabalhos (Tema 1/ «Área legislativa»).
- 14H30 — (Tema 2/ «Estruturas da Política de reabilitação»).
- 18H30 — Programa social.
- Dia 22 — 10H00 — (Tema 3/ «Cooperação no domínio da Reabilitação»).
- 19H30 — Programa social.
- Dia 23 — 10H00 — (Tema 4/ «Cooperação no âmbito da FMAC»).
- 16H00 — Sessão de Encerramento.
- Dia 24 — Visita ao Centro de Reabilitação da ADFA/Porto.